

NOTA INTRODUTÓRIA

Este é o terceiro número de **Indicadores Sociais**, publicação de periodicidade anual, cuja matriz segue de muito perto a que foi utilizada nos números anteriores.

Com esta publicação, o INE pretende colocar à disposição do utilizador um conjunto de indicadores que, de forma acessível, permitam descrever as condições de vida das famílias.

Duas características marcam esta edição. Em primeiro lugar a revisão de alguns indicadores de índole demográfica, em consequência da disponibilidade de dados preliminares do Recenseamento da População – 2001.

Por outro lado, embora o período de referência dos dados seja os últimos cinco anos, sempre que a informação esteve disponível, os gráficos mostram uma série mais longa, que se pretendeu recuar a 1991 ou 1992. Os respectivos dados podem ser consultados no site do INE – www.ine.pt.

Tal como nos números anteriores o utilizador dispõe, no final da publicação, dos principais conceitos, ordenados por ordem alfabética.

O INE agradece os comentários e sugestões que permitam melhorar o conteúdo e apresentação desta publicação.

Novembro de 2001

SINAIS CONVENCIONAIS

- Resultado nulo
- x Dado não disponível

SIGLAS

CAE = Classificação das Actividades Económicas Portuguesas
CID-9.^a Revisão = Classificação Internacional de Doenças-9^a Revisão
NUTS = Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
Esc. = Escudo
N.º = Valor numérico
% = Valor percentual

**Para esclarecimentos e informações adicionais
sobre o conteúdo desta publicação contactar:**

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 842 63 78

ÍNDICE

Resumo	3
Nota introdutória	5
Sinais convencionais	6
Índice sistemático	7
 1-POPULAÇÃO	 11
1.1-População residente, por sexo	13
1.2-Estrutura da população residente, por sexo e grupo etário	14
1.3-Taxa de crescimento efectivo, por região (NUTS II)	16
1.4-Nados-vivos e taxa de natalidade, por região (NUTS II)	17
1.5-Índice sintético de fecundidade, por região NUTS II)	18
1.6-Óbitos e taxa de mortalidade, por região (NUTS II)	19
1.7-Esperança de vida (em anos), por grandes grupos etários e sexo	20
1.8-Taxa de mortalidade infantil, por região (NUTS II)	21
1.9-Emigrantes, por região de destino	22
1.10-População estrangeira: pedidos e cessações de residência.....	23
1.11-População estrangeira com residência legal em Portugal.....	24
 2-FAMÍLIAS.....	 25
2.1-Famílias, segundo a dimensão	27
2.2-Famílias, segundo o número de filhos	28
2.3-Famílias, com 1 pessoa, por região (NUTS II)	29
2.4-Famílias monoparentais, por região (NUTS II)	30
2.5-Casamentos e taxa de nupcialidade, por região (NUTS II)	31
2.6-Idade média (em anos) ao casamento, por sexo.....	32
2.7-Idade média (em anos), das mulheres à maternidade	33
2.8-Percentagem de nascimentos fora do casamento, por região (NUTS II)	34
2.9-Divórcios e taxa de divorcialidade, por região (NUTS II)	35
 3-EDUCAÇÃO	 37
3.1-Despesa pública em educação, per capita, e em percentagem do PIB	38

3.2-Repartição da população dos 15 aos 64 anos, por nível de ensino atingido ...	38
3.3-Alunos matriculados, por nível de ensino.....	40
3.4-Taxa de escolarização da população dos 6 aos 29 anos, por sexo e grupo etário.....	41
3.5-População a frequentar o ensino superior, por sexo.....	42
3.6-Pessoal docente, por nível de ensino.....	43
 4-EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO	 45
4.1-Estrutura da população activa, por sexo.....	47
4.2-Taxa de actividade, por grupo etário e sexo.....	48
4.3-Estrutura do emprego, por situação na profissão e sexo.....	50
4.4-Estrutura do emprego, por sector de actividade e sexo.....	52
4.5-Número médio de horas semanais habitualmente efectuadas pela população empregada (total e por conta de outrem) por sexo.....	53
4.6-População empregada e a trabalhar a tempo parcial, por sexo.....	54
4.7-Trabalhadores por conta de outrem e que trabalham ao fim de semana, e por turnos	55
4.8-Trabalhadores por conta de outrem, com e sem contrato permanente.....	55
4.9-Taxa de desemprego, por região (NUTS II).....	56
4.10-Taxa de desemprego, por grupo etário e sexo.....	57
4.11-População desempregada, de longa duração (12 meses e mais), em percentagem do desemprego total.....	58
4.12-Movimentos (administrativos) da procura e da oferta de emprego, no Continente.....	59
4.13-Número de greves, de trabalhadores envolvidos, e número de dias perdidos, como consequência de greves efectuadas.....	60
4.14-Acidentes de trabalho, segundo a consequência.....	61
4.15-Distribuição percentual dos acidentes de trabalho, por ramo de actividade económica.....	62
 5-RENDIMENTO E PREÇOS.....	 63
5.1-Produto interno bruto (PIB) e PIB per capita.....	65
5.2-Rendimento disponível bruto (RDB), consumo e poupança das famílias	65
5.3-Distribuição do rendimento anual líquido médio por decis, de agregados domésticos privados.....	66
5.4-Rendimento anual líquido dos agregados domésticos privados, por proveniência.....	67
5.5-Percentagem dos agregados cujo rendimento anual líquido se situa abaixo da linha de pobreza, por tipo de agregado doméstico privado.....	68

5.6-Transferências sociais	69
5.7-Índice de preços no consumidor, por classes - nacional	70
 6-SEGURANÇA E CRIMINALIDADE	 71
6.1-Crimes registados pelas autoridades	73
6.2-Crimes de condução com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 gramas/litro, registados pelas autoridades	74
6.3-Crimes de furto de/em veículos, registados pelas autoridades	75
6.4-Crimes de homicídio voluntário e negligente (com excepção de acidentes de viação), registados pelas autoridades	76
6.5-Crimes de homicídio por negligência em acidentes de viação.....	77
6.6-Reclusos existentes em 31 de Dezembro nos estabelecimentos prisionais comuns, segundo a situação penal.....	78
 7-PROTECÇÃO SOCIAL.....	 79
7.1-Receitas da protecção social, por natureza.....	81
7.2-Despesas da protecção social per capita e em percentagem do PIB.....	82
7.3-Prestações de protecção social, por grupos de funções	83
7.4-Prestações de protecção social, por funções	84
7.5-Beneficiários activos e pensionistas em 31 de Dezembro.....	86
 8-SAÚDE.....	 87
8.1-Despesa das administrações públicas em saúde e em percentagem do PIB	89
8.2-Pessoal de saúde - médicos	89
8.3-Estabelecimentos de saúde (hospitais e centros de saúde)	90
8.4-Número de camas, internamentos e demora média, nos hospitais e centros de saúde	91
8.5-Óbitos, segundo as principais causas de morte (CID-9. ^a Revisão).....	92
8.6-Óbitos por sida, segundo o sexo	93
8.7-Óbitos por acidentes de circulação rodoviária (E471, E472), segundo o sexo.....	94

9-AMBIENTE E CONFORTO	95
9.1-Despesa das administrações públicas em gestão e protecção do ambiente, em percentagem do PIB.....	97
9.2-Despesa dos municípios em gestão e protecção do ambiente, em percentagem da despesa total.....	98
9.3-Número médio de divisões por agregado doméstico privado.....	99
9.4-Alojamentos, com alguns problemas específicos	99
9.5-Alguns bens de equipamento dos agregados domésticos privados	100
9.6-Consumo de água per capita.....	101
9.7-Abastecimento de água e águas residuais	102
9.8-População servida com abastecimento de água domiciliário, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos	104
9.9-Resíduos sólidos municipais - produção anual per capita.....	105
9.10-Taxa de recuperação de resíduos sólidos municipais	105
9.11-Emissão de poluentes, per capita.....	106
9.12-Emissão de poluentes, por unidade do PIB.....	107
9.13-População pertencente a uma associação de defesa do ambiente, por 1000 habitantes	108
9.14-Número de reclamações por tipo de poluição	108
10-CULTURA E LAZER.....	109
10.1-Despesa das administrações públicas em serviços recreativos e culturais por sub-sector institucional.....	111
10.2-Espectáculos públicos: total, cinema - sessões e espectadores	112
10.3-Número de visitantes a museus, monumentos e sítios, jardins e aquários ...	113
10.4-Indicadores sobre a Imprensa.....	114
10.5-Consultas em bibliotecas	115
10.6-Indivíduos que viajaram por motivo de lazer, recreio e férias, no total da população com 15 anos ou mais, por sexo.....	116
10.7-Dormidas de residentes em estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e colónias de férias	117
ANEXO.....	119
Conceitos	121

1. POPULAÇÃO

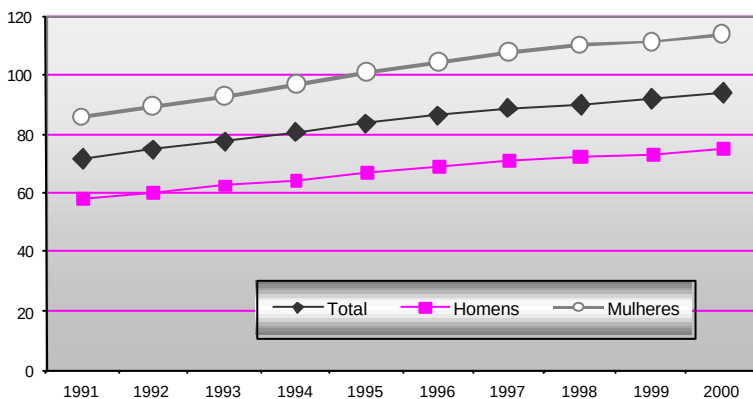
A década de 90 foi marcada por duas tendências opostas no que respeita à taxa de natalidade: os primeiros 5 anos foram caracterizados por sucessivas quedas, registando-se em 1995 o valor 10,7‰, quando em 1991 era de 11,7‰. No segundo quinquénio, pelo contrário, assistiu-se a uma retoma da taxa de natalidade, embora em 2000 (11,8‰), o valor seja muito próximo do que foi calculado para 1991.

Mercê da acção conjugada de melhores cuidados de saúde, foi possível diminuir a taxa de mortalidade infantil para praticamente metade do valor estimado para 1991 (10,8‰ em 1991; 5,5‰ em 2000).

Tal como em outros países da União Europeia, também em Portugal se assiste ao fenómeno do envelhecimento da população. Com efeito, no início da década, a população com 65 e mais anos representava 13,8% do total e os “muito idosos” (80 e mais anos), somavam 262,8 mil indivíduos. No ano 2000, a população com 65 e mais anos representa 15,5% e os muito idosos somam 302,4 mil indivíduos.

Em 1992, a população estrangeira com residência legal em Portugal ascendia a cerca de 124 000 indivíduos, valor que correspondia a 1,2% da população total. Os não nacionais têm vindo a ganhar importância no contexto do total da população representando, em 2000, 2% da população total.

Índice de envelhecimento



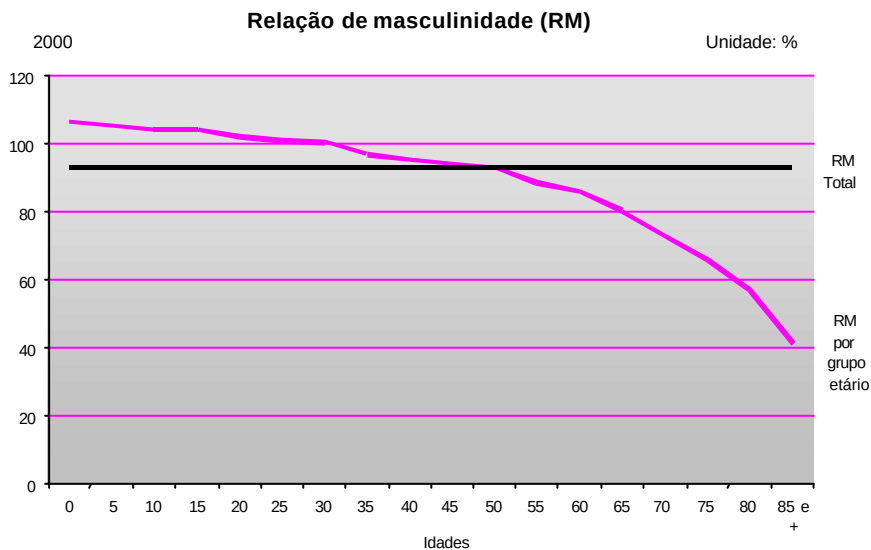
Fonte: INE-Estimativas da População Residente

1.1-População residente, por sexo

Unidade: 10³

	1996	1997	1998	1999	2000
Total					
População média	10 048,1	10 076,3	10 111,5	10 154,2	10 210,6
População residente em 31-XII	10 059,8	10 092,9	10 130,1	10 178,2	10 242,9
HOMENS					
População média	4842,9	4857,1	4874,9	4897,0	4926,9
População residente em 31-XII	4848,8	4865,4	4884,4	4909,7	4944,2
MULHERES					
População média	5205,1	5219,2	5236,5	5257,1	5283,6
População residente em 31-XII	5210,9	5227,5	5245,7	5268,6	5298,7

Nota: Dados provisórios aferidos para os resultados preliminares dos Censos 2001.



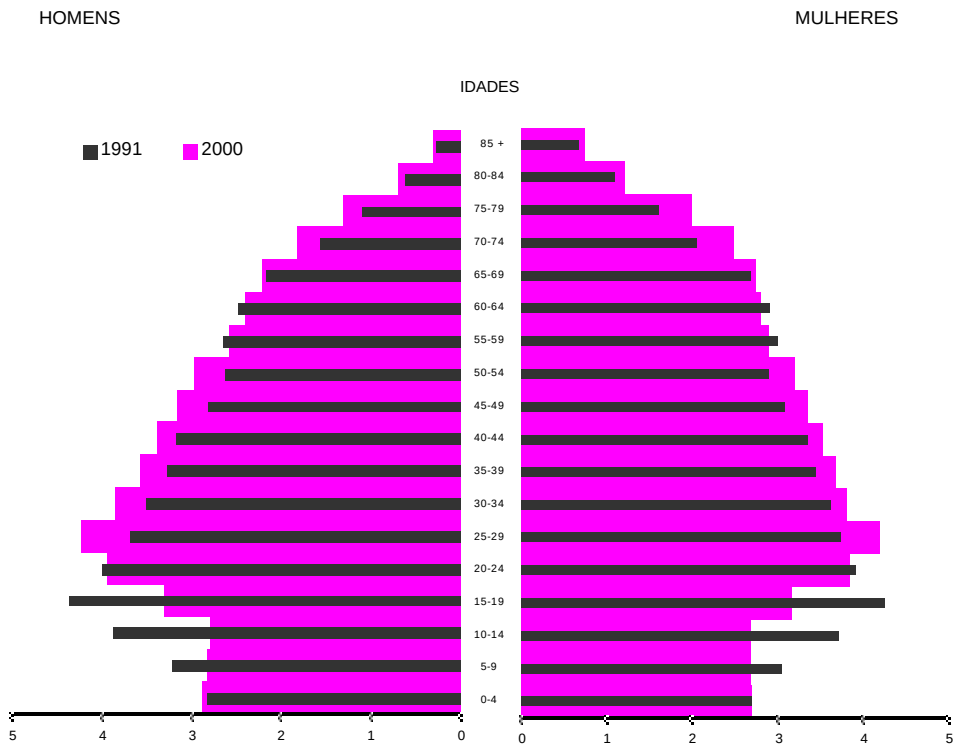
Fonte: INE-Estimativas de População Residente

1.2-Estrutura da população residente, por sexo e grupo etário

Grupo etário	1996		1997		1998		1999		2000	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Total	10 059,8	100,0	10 092,9	100,0	10 130,1	100,0	10 178,2	100,0	10242,9	100,0
0-14	1 732,0	17,2	1 710,9	17,2	1 697,7	16,8	1 693,1	16,6	1699,9	16,6
15-64	6 827,9	67,9	6 856,6	67,9	6 886,1	68,0	6 920,4	68,0	6950,9	67,9
65 e mais	1 499,8	14,9	1 525,4	14,9	1 546,3	15,3	1 564,7	15,4	1592,0	15,5
65-74	922,8	9,2	934,5	9,17	940,2	9,3	942,9	9,3	951,1	9,3
75 e mais anos	577,0	5,7	590,9	5,74	606,1	6,0	621,8	6,1	640,9	6,3
Homens	4 848,8	100,0	4 865,4	100,0	4 884,4	100,0	4 909,7	100,0	4944,2	100,0
0-14	888,1	18,3	877,6	18,0	870,7	17,8	868,5	17,7	872,6	17,6
15-64	3 342,7	68,9	3 360,4	69,1	3 379,1	69,2	3 400,2	69,3	3420,0	69,2
65 e mais	618,0	12,7	627,4	12,9	634,6	13,0	641,0	13,1	651,6	13,2
65-74	403,0	8,3	407,4	8,4	409,4	8,4	410,2	8,4	414,5	8,4
75 e mais anos	214,9	4,4	220,0	4,5	225,2	4,6	230,8	4,7	237,1	4,8
Mulheres	5 210,9	100,0	5 227,5	100,0	5 245,7	100,0	5 268,6	100,0	5298,7	100,0
0-14	843,9	16,2	833,4	16,2	826,9	15,8	824,7	15,7	827,3	15,6
15-64	3 485,2	66,9	3 496,1	66,9	3 507,0	66,9	3 520,2	66,8	3530,9	66,6
65 e mais	881,8	16,9	898,0	16,9	911,7	17,4	923,7	17,5	940,4	17,7
65-74	519,8	10,0	527,1	9,97	530,8	10,1	532,7	10,1	536,7	10,1
75 e mais anos	362,1	6,9	370,9	6,95	380,9	7,3	391,0	7,4	403,8	7,6

Nota: Dados provisórios aferidos para os resultados preliminares dos Censos 2001.

Fonte: INE-Estimativas de População Residente

Pirâmide etária (*) em 31-XII-1991 e 31-XII-2000

(*) Em percentagem da população residente total.

Fonte: INE-Estimativas de População Residente

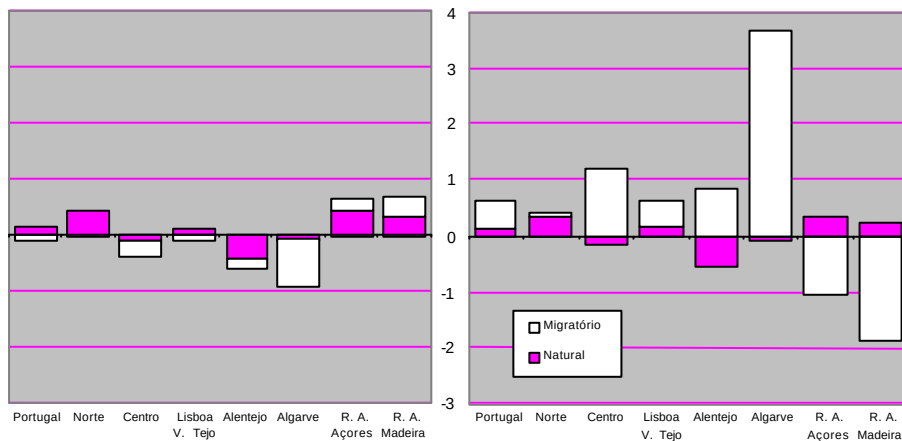
1.3-Taxa de crescimento efectivo, por região (NUTS II)

Unidade: %

	1996		1997		1998		1999		2000	
	Natural	Migra- tório	Natural	Migra- tório	Natural	Migra- tório	Natural	Migra- tório	Natural	Migra- tório
Portugal	0,03	0,20	0,08	0,25	0,07	0,30	0,08	0,39	0,14	0,49
Continente	0,02	0,24	0,07	0,30	0,06	0,36	0,07	0,47	0,14	0,59
Norte	0,31	0,02	0,34	0,02	0,33	0,02	0,31	0,03	0,36	0,04
Centro	-0,21	0,49	-0,18	0,61	-0,20	0,73	-0,20	0,96	-0,14	1,19
Lisboa V. Tejo	-0,02	0,18	0,04	0,24	0,04	0,29	0,09	0,38	0,17	0,48
Alentejo	-0,68	0,43	-0,57	0,41	-0,61	0,50	-0,61	0,66	-0,53	0,83
Algarve	-0,27	1,59	-0,19	1,98	-0,19	2,33	-0,17	3,02	-0,06	3,66
R. A. Açores	0,34	-0,42	0,28	-0,53	0,30	-0,63	0,33	-0,85	0,36	-1,06
R. A. Madeira	0,13	-0,72	0,22	-0,91	0,19	-1,10	0,27	-1,48	0,23	-1,87

1992

2000



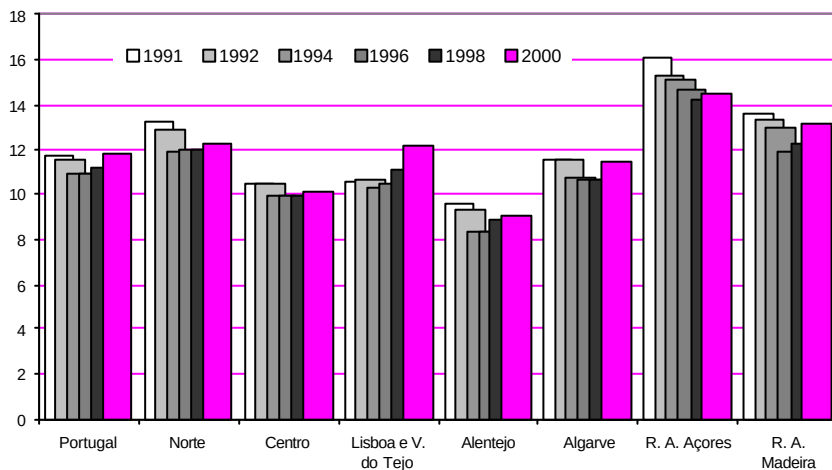
Nota: Dados provisórios aferidos para os resultados preliminares dos Censos 2001.

Fonte: INE-Estimativas de População Residente

1.4-Nados-vivos e taxa de natalidade, por região (NUTS II)

	1996		1997		1998		1999		2000	
	Nados-vivos	Taxa de natalidade	Nados-vivos	Taxa de natalidade	Nados-vivos	Taxa de natalidade	Nados-vivos	Taxa de natalidade	Nados-vivos	Taxa de natalidade
	n.º	p/1000	n.º	p/1000	n.º	p/1000	n.º	p/1000	n.º	p/1000
Portugal	110 261	11,0	112 933	11,2	113 384	11,2	116 002	11,4	120 008	11,8
Continente	103 668	10,9	106 299	11,1	106 857	11,3	109 381	11,5	113 318	11,7
Norte	43 092	12,0	43 817	12,2	43 469	12,1	43 687	12,1	44 521	12,3
Centro	17 087	9,9	17 386	10,0	17 234	9,9	17 599	10,0	17 912	10,1
Lisboa V. Tejo	35 435	10,5	36 628	10,8	37 695	11,1	39 369	11,6	41 764	12,2
Alentejo	4 364	8,3	4 639	8,9	4 619	8,9	4 660	8,9	4 778	9,1
Algarve	3 690	10,6	3 829	10,9	3 840	10,7	4 066	11,0	4 343	11,4
R. A. Açores	3 554	14,7	3 500	14,5	3 439	14,2	3 362	14,0	3 462	14,5
R. A. Madeira	3 021	11,9	3 119	12,3	3 078	12,3	3 250	13,1	3 217	13,2

Taxa de natalidade por região (NUTS II)



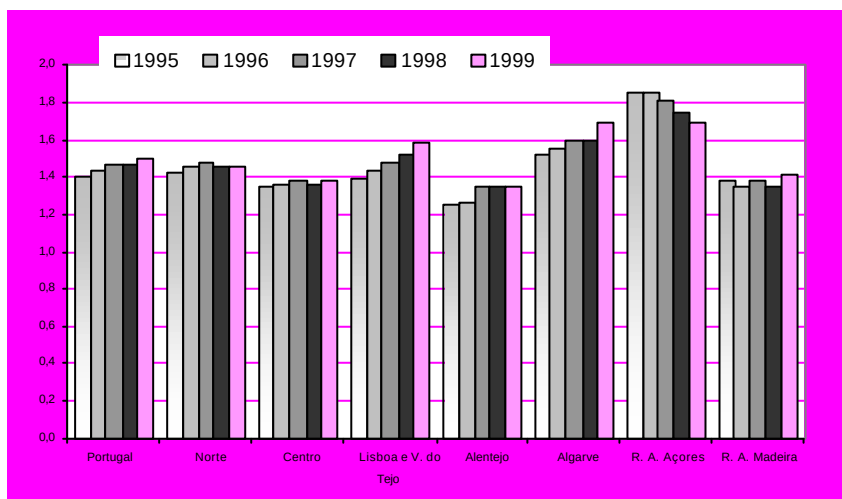
Nota: Dados provisórios aferidos para os resultados preliminares dos Censos 2001.

Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

1.5-Índice sintético de fecundidade, por região (NUTS II)

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Portugal	1,41	1,44	1,46	1,46	1,50
Continente	1,40	1,43	1,46	1,46	1,49
Norte	1,42	1,46	1,47	1,45	1,46
Centro	1,34	1,37	1,38	1,36	1,39
Lisboa e V. do Tejo	1,40	1,44	1,48	1,52	1,59
Alentejo	1,26	1,27	1,35	1,34	1,36
Algarve	1,52	1,56	1,60	1,60	1,68
R. A. Açores	1,86	1,86	1,81	1,75	1,69
R. A. Madeira	1,39	1,35	1,38	1,35	1,42



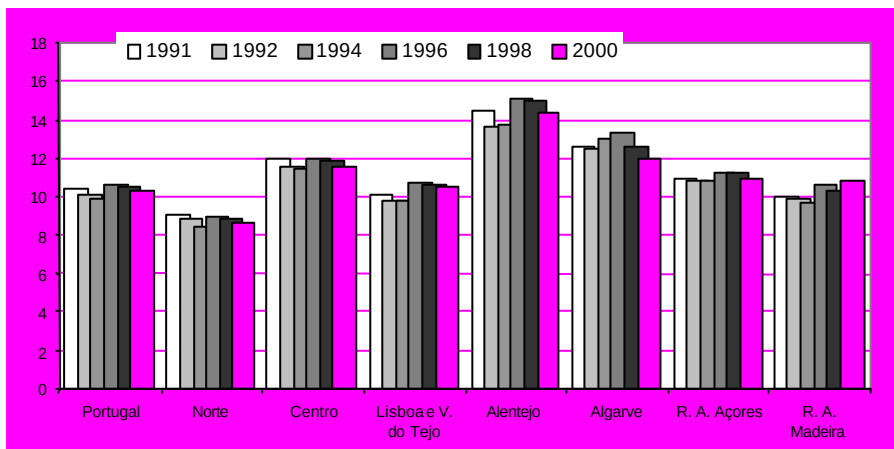
Fonte: INE-Estimativas de População Residente

1.6-Óbitos e taxa de mortalidade, por região (NUTS II)

Regiões	1996		1997		1998		1999		2000	
	Óbitos	Taxa de mortalidade	Óbitos	Taxa de mortalidade	Óbitos	Taxa de mortalidade	Óbitos	Taxa de mortalidade	Óbitos	Taxa de mortalidade
	n.º	p/1000	n.º	p/1000	n.º	p/1000	n.º	p/1000	n.º	p/1000
Portugal	106 925	10,6	104 778	10,4	106 198	10,5	107 871	10,6	105 364	10,3
Continente	101 466	10,6	99 355	10,4	100 844	10,7	102 665	10,8	100 021	10,3
Norte	32 128	9,0	31 532	8,8	31 698	8,8	32 585	9,0	31 480	8,7
Centro	20 742	12,0	20 461	11,8	20 686	11,9	21 118	12,0	20 475	11,6
Lisboa V. Tejo	36 137	10,7	35 345	10,4	36 230	10,7	36 477	10,7	35 935	10,5
Alentejo	7 835	15,1	7 522	14,5	7 725	14,9	7 776	15,0	7 550	14,4
Algarve	4 624	13,3	4 495	12,8	4 505	12,5	4 709	12,8	4 581	12,0
R. A. Açores	2 718	11,2	2 811	11,6	2 713	11,2	2 577	10,7	2 608	10,9
R. A. Madeira	2 697	10,6	2 566	10,2	2 590	10,3	2 591	10,5	2 656	10,9

Nota: Dados provisórios aferidos para os resultados preliminares dos Censos 2001.

Taxa de mortalidade, por região (NUTS II)

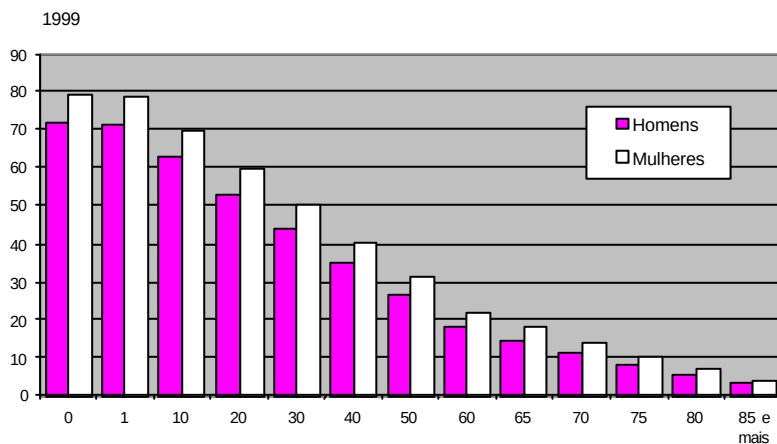


Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

1.7-Esperança de vida (em anos), por grandes grupos etários e sexo

Unidade: Número de anos

Grupo etário	1995		1996		1997		1998		1999	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0	71,35	78,57	71,18	78,55	71,64	78,76	71,72	78,90	71,82	78,93
1	70,93	78,08	70,71	78,02	71,14	78,23	71,20	78,32	71,28	78,34
10	62,22	69,32	61,98	69,27	62,39	69,45	62,46	69,58	62,52	69,56
20	52,66	59,51	52,42	59,47	52,81	59,66	52,89	59,77	52,92	59,75
30	43,68	49,82	43,39	49,73	43,73	49,95	43,77	50,07	43,79	50,04
40	34,75	40,21	34,47	40,19	34,85	40,40	34,82	40,50	34,86	40,45
50	26,03	30,86	25,79	30,85	26,12	31,09	26,12	31,12	26,14	31,08
60	17,94	21,91	17,78	21,88	18,02	22,13	18,00	22,12	17,99	22,08
65	14,35	17,67	14,19	17,62	14,41	17,86	14,32	17,85	14,31	17,80
70	11,11	13,64	10,94	13,62	11,13	13,84	11,03	13,77	11,00	13,74
75	8,25	10,05	8,08	10,00	8,25	10,17	8,12	10,13	8,06	10,04
80	5,81	7,01	5,57	6,85	5,66	6,96	5,51	6,88	5,47	6,79
85 e mais	3,92	4,60	3,73	4,44	3,70	4,53	3,50	4,31	3,39	4,19



Fonte: INE-Estimativas de População Residente

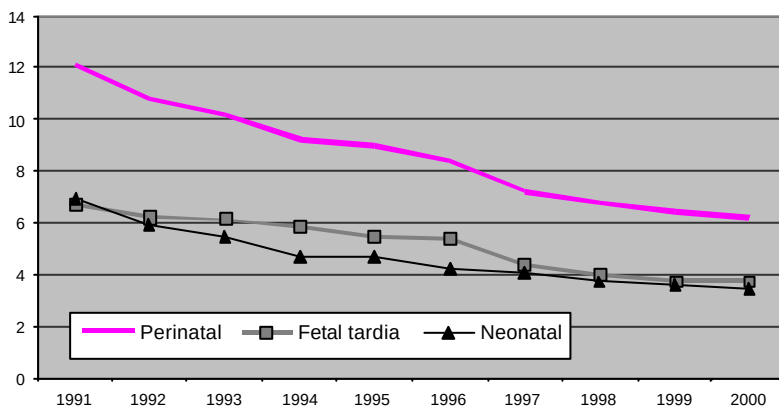
1.8-Taxa de mortalidade infantil, por região (NUTS II)

Unidade: P/1000

	1996	1997	1998	1999	2000
Portugal	6,9	6,4	6,0	5,6	5,5
Continente	6,6	6,2	5,8	5,4	5,3
Norte	7,8	7,1	6,4	6,5	5,8
Centro	5,3	5,6	4,4	4,5	4,5
Lisboa e V. do Tejo	6,0	5,8	5,9	4,7	5,0
Alentejo	5,3	5,2	4,5	4,1	5,2
Algarve	5,4	6,0	8,1	4,9	5,5
R. A. Açores	7,9	10,6	4,9	9,5	8,1
R. A. Madeira	11,9	6,7	10,4	5,2	8,1

Taxa de mortalidade perinatal, neonatal e fetal tardia

Perinatal	8,4	7,2	6,8	6,4	6,2
Neonatal	4,2	4,1	3,7	3,6	3,4
Fetal tardia	5,4	4,4	4,0	3,7	3,7



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

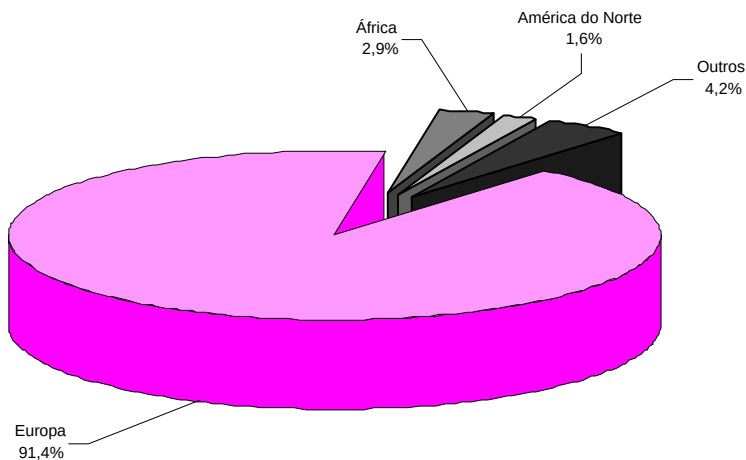
1.9-Emigrantes, por região de destino

Unidade: n.º

	1996	1997*	1998*	1999
Total	29 066	36 935	22 196	28 079
Europa	27 829	33 982	18 935	25 652
África	454	1 083	803	813
América do Norte	321	1 302	2 213	437
Outros	462	568	245	1 177

* Estrangeiros não incluídos

1999



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

1.10-População estrangeira: Pedidos e cessações de residência

Pedidos

Nacionalidade	1996		1997		1998		1999*		2000**	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	3 644	100,0	3 298	100,0	7 800	100,0	15 048	100,0	18 412	122,9
Europa	2 191	60,1	2 095	63,5	3 392	43,5	5 007	33,2	5 305	28,8
África	591	16,2	406	12,3	2 565	32,9	7 394	49,1	9 632	52,3
Angola	119	3,3	36	1,1	505	6,5	1 245	8,2	2 810	15,2
Cabo Verde	274	7,5	219	6,6	1 276	16,4	3 809	25,3	3 421	18,5
Guiné Bissau	92	2,5	54	1,6	370	4,7	1 314	8,7	1 836	9,9
Moçambique	17	0,5	15	0,5	72	0,9	138	0,9	176	0,9
S. Tomé e Príncipe	31	0,9	30	0,9	174	2,2	435	2,8	695	3,7
Outros	58	1,6	52	1,6	168	2,2	453	3,0	694	3,7
América Central e do Sul	457	12,5	428	13,0	1 035	13,3	1 765	11,7	2 310	12,5
América do Norte	255	7,0	263	8,0	422	5,4	271	1,8	297	1,6
Ásia	135	3,7	96	2,9	364	4,7	584	3,8	840	4,5
Outros	15	0,4	10	0,3	22	0,3	26	0,2	21	0,1
Desconhecida	-	-	-	-	-	-	1	-	7	-

Cessações

Nacionalidade	1996		1997		1998		1999*		2000**	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	2 373	100,0	2 563	100,0	4 926	100,0	2 042	100,0	1 357	100,0
Europa	484	20,4	402	15,7	1 079	21,9	379	18,5	341	25,1
África	451	19,0	487	19,0	1 217	24,7	662	32,4	322	23,7
Angola	97	4,1	114	4,4	205	4,2	120	5,8	63	4,6
Cabo Verde	188	7,9	232	9,1	611	12,4	312	15,2	156	11,4
Guiné Bissau	44	1,9	40	1,6	160	3,2	92	4,5	47	3,5
Moçambique	42	1,8	35	1,4	73	1,5	61	2,9	18	1,3
S. Tomé e Príncipe	19	0,8	25	1,0	67	1,4	37	1,8	16	1,2
Outros	61	2,6	41	1,6	101	2,1	40	1,9	22	1,6
América Central e do Sul	864	36,4	961	37,5	1 577	32,0	577	28,3	439	32,3
América do Norte	515	21,7	618	24,1	901	18,3	349	17,1	207	15,2
Ásia	48	2,0	87	3,4	137	2,8	67	3,2	41	3,0
Outros	11	0,5	8	0,3	15	0,3	6	0,2	6	0,4
Desconhecida	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-

* Dados rectificadoss.

** Dados provisórios.

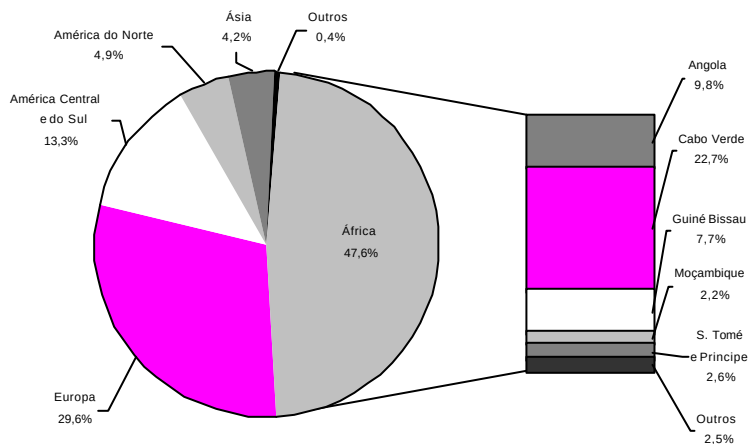
Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

1.11-População estrangeira com residência legal em Portugal

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Total	172 912	175 263	178 137	190 896	208 198
Europa	47 315	49 745	52 060	56 733	61 653
África	81 176	81 717	83 065	89 514	99 107
Angola	16 282	16 296	16 596	17 695	20 468
Cabo Verde	39 546	39 789	40 454	43 797	47 216
Guiné Bissau	12 639	12 785	12 995	14 140	16 006
Moçambique	4 413	4 426	4 425	4 503	4 660
S. Tomé e Príncipe	4 234	4 304	4 411	4 795	5 488
Outros	4 062	4 117	4 184	4 584	5 269
América Central e do Sul	25 733	25 121	24 579	25 818	27 638
América do Norte	10 783	10 726	10 247	10 171	10 259
Ásia	7 140	7 194	7 419	7 871	8 734
Outros	765	760	767	789	807

2000



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

2. FAMÍLIAS

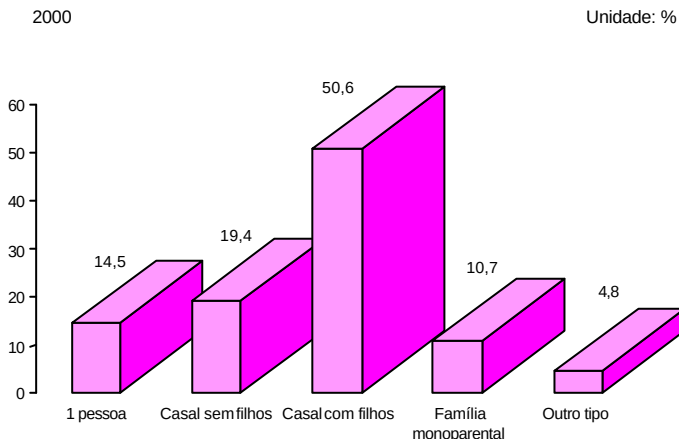
Em 1981, em cada 1000 indivíduos, 8 contraíram matrimónio pela primeira vez; em 2000, este valor baixou para 6,2. No mesmo ano, a idade média ao primeiro casamento, era, para os homens de 27,5 e 25,7 para as mulheres, quando em 1981 era respectivamente de 25,4 e de 23,3.

A idade média ao 1º filho era de 23,6 anos em 1981. Em 1991 tinha subido para 24,9 e no final da década fixava-se em 26,4.

Não só se casa mais tarde como a idade à maternidade não tem parado de subir.

Em 1991, em cada 100 nascimentos, 16 resultaram de progenitores não casados legalmente; no ano 2000 este valor fixava-se em 22, pertencendo às regiões do Algarve (39) e de Lisboa e Vale do Tejo (32) os valores mais elevados.

Tipologia de família



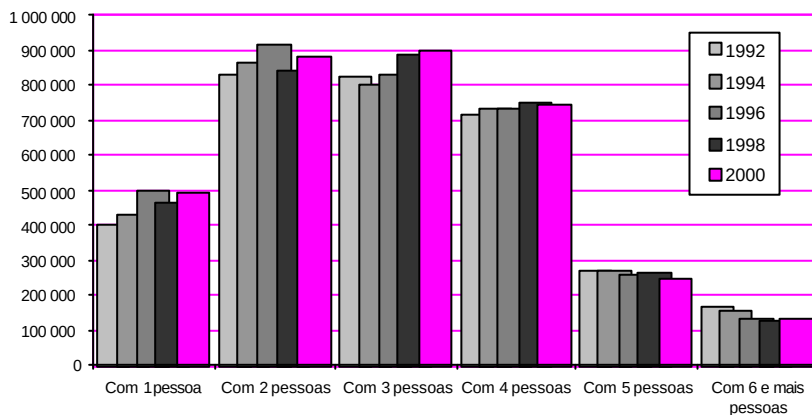
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

2.1-Famílias, segundo a dimensão

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Total de famílias	3 363 546	3 416 699	3 334 465	3 363 410	3 388 460
Com 1 pessoa	498 616	542 960	466 804	477 038	491 365
Com 2 pessoas	914 251	955 380	843 399	856 574	880 165
Com 3 pessoas	828 728	820 340	885 492	908 244	895 858
Com 4 pessoas	729 849	707 334	748 943	748 238	744 876
Com 5 pessoas	261 333	254 764	263 326	244 868	243 855
Com 6 e mais pessoas	130 768	135 921	126 502	128 449	132 341

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.



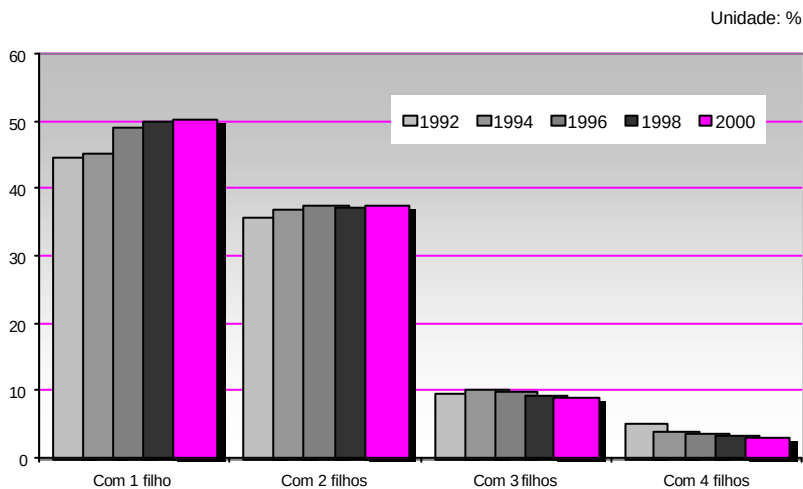
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

2.2-Famílias, segundo o número de filhos

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Total de famílias	3 363 546	3 416 699	3 334 465	3 363 410	3 388 460
Famílias com filhos	1 993 021	1 960 759	2 087 402	2 101 890	2 090 439
Com 1 filho	976 566	977 311	1 044 617	1 060 554	1 048 994
Com 2 filhos	749 458	728 032	777 406	788 734	787 595
Com 3 filhos	196 814	183 183	193 806	185 284	187 414
Com 4 e mais filhos	70 183	72 233	71 573	67 318	66 436

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

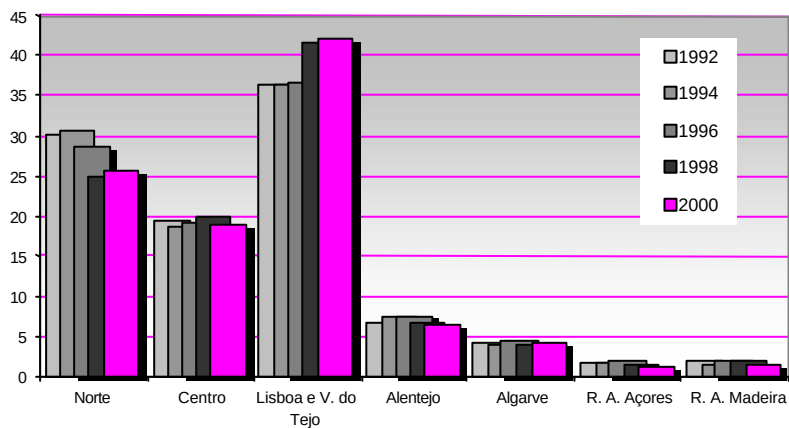
2.3-Famílias com 1 pessoa, por região (NUTS II)

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Portugal	498 616	542 960	466 804	477 038	491 365
Continente	479 690	524 520	451 940	463 346	478 378
Norte	143 140	160 974	115 811	119 972	125 629
Centro	94 988	114 419	93 434	92 548	92 993
Lisboa e V. do Tejo	182 094	189 201	193 316	194 755	207 236
Alentejo	37 147	35 528	30 623	34 952	31 629
Algarve	22 321	24 397	18 756	21 119	20 892
R. A. Açores	9 459	9 106	6 306	6 446	6 168
R. A. Madeira	9 467	9 334	8 558	7 246	6 818

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.

Unidade: %



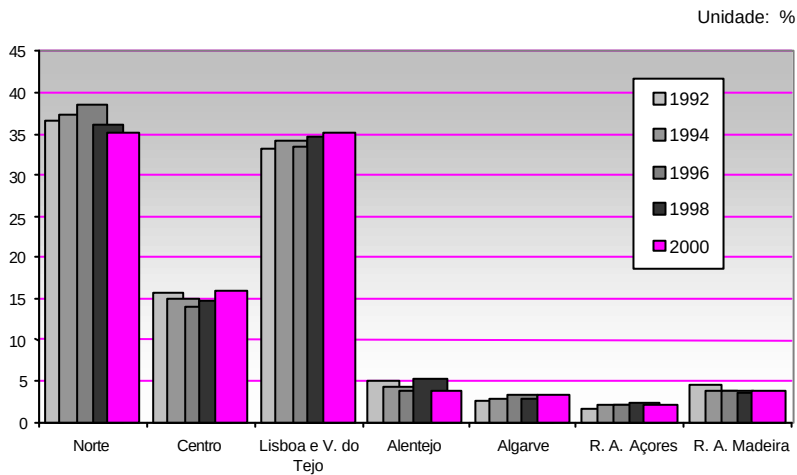
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

2.4-Famílias monoparentais, por região (NUTS II)

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Portugal	330 595	339 673	330 683	357 774	362 606
Continente	309 753	319 063	309 980	337 379	339 808
Norte	127 877	133 019	119 108	131 685	127 387
Centro	46 775	47 263	49 212	58 977	58 268
Lisboa e V. do Tejo	111 105	113 527	114 618	119 910	127 892
Alentejo	12 688	13 411	17 214	15 871	13 857
Algarve	11 308	11 843	9 828	10 936	12 404
R. A. Açores	7 831	8 034	8 324	7 438	8 334
R. A. Madeira	13 010	12 577	12 380	12 956	14 464

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.

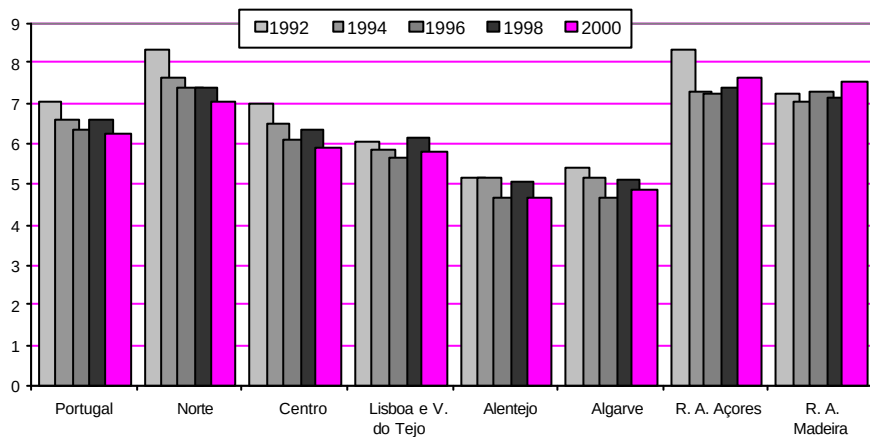


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

2.5-Casamentos e taxa de nupcialidade, por região (NUTS II)

	1996		1997		1998		1999		2000	
	Casa- mentos	Taxa de nupcia- lidade	Casa- mentos	Taxa de nupcia- lidade	Casa- mentos	Taxa de nupcia- lidade	Casa- mentos	Taxa de nupcia- lidade	Casa- mentos	Taxa de nupcia- lidade
	n.º	p/1000	n.º	p/1000	n.º	p/1000	n.º	p/1000	n.º	p/1000
Portugal	63 672	6,3	65 770	6,5	66 598	6,6	68 710	6,8	63 752	6,2
Continente	60 069	6,3	62 143	6,5	63 028	6,6	64 935	6,7	60 086	6,2
Norte	26 498	7,4	26 650	7,4	26 758	7,4	27 278	7,5	25 475	7,0
Centro	10 516	6,1	10 811	6,2	11 007	6,3	10 905	6,2	10 440	5,9
Lisboa V. Tejo	18 958	5,6	20 082	5,9	20 760	6,1	21 907	6,4	19 855	5,8
Alentejo	2 469	4,7	2 753	5,2	2 662	5,1	2 744	5,2	2 461	4,7
Algarve	1 628	4,7	1 847	5,2	1 841	5,1	2 101	5,7	1 855	4,9
R. A. Açores	1 752	7,2	1 820	7,5	1 786	7,4	1 893	7,9	1 827	7,6
R. A. Madeira	1 851	7,3	1 807	7,2	1 784	7,1	1 882	7,6	1 839	7,5

Taxa de nupcialidade, por região (NUTS II)



Nota: Dados provisórios aferidos para os resultados preliminares dos Censos 2001.

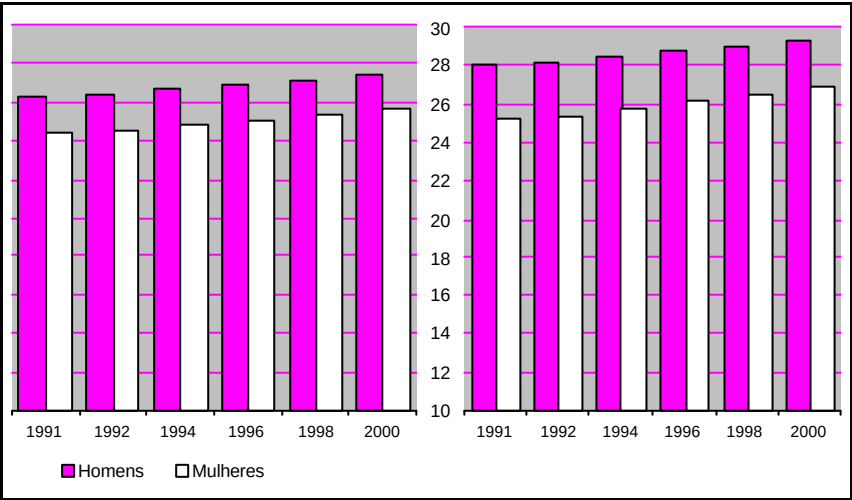
Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

2.6-Idade média (em anos) ao casamento,
por sexo

	1996	1997	1998	1999	2000
Idade ao 1º casamento					
Homens	27,0	27,1	27,2	27,3	27,5
Mulheres	25,1	25,3	25,4	25,6	25,7
Idade ao casamento					
Homens	28,8	28,9	29,0	29,1	29,3
Mulheres	26,2	26,4	26,5	26,6	26,9

Idade ao 1º casamento

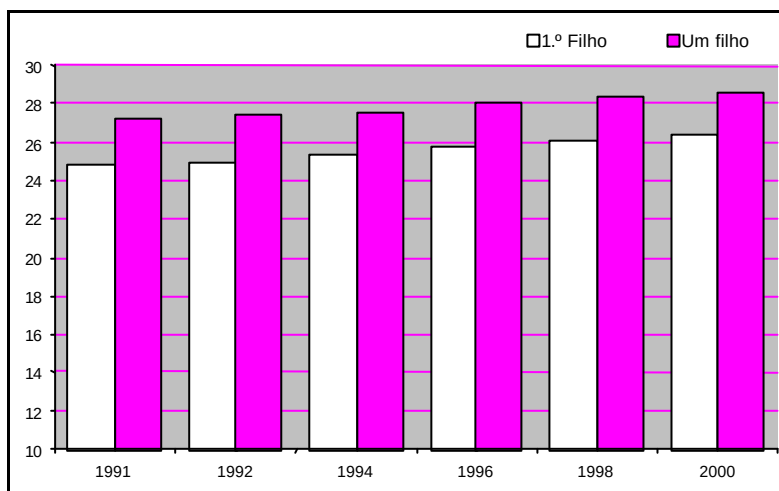
Idade ao casamento



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

**2.7-Idade média (em anos), das mulheres
à maternidade**

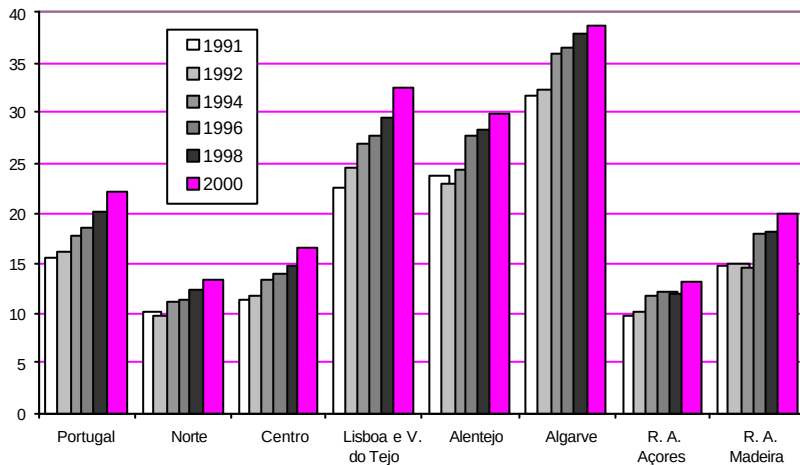
	1996	1997	1998	1999	2000
1.º Filho	25,8	25,9	26,1	26,4	26,5
Um filho	28,0	28,1	28,3	28,5	28,6



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

2.8-Percentagem de nascimentos fora do casamento, por região (NUTS II)

	1996	1997	1998	1999	2000
Portugal	18,7	19,5	20,1	20,8	22,2
Continente	19,8	19,8	20,4	21,1	22,5
Norte	11,4	12,1	12,4	12,7	13,3
Centro	13,9	14,8	14,8	14,8	16,6
Lisboa e V. do Tejo	27,5	28,5	29,5	30,7	32,4
Alentejo	27,6	27,5	28,4	28,4	29,8
Algarve	36,4	38,7	38,0	37,6	38,6
R. A. Açores	12,3	12,4	12,0	13,3	13,1
R. A. Madeira	17,9	18,1	18,2	19,6	20,0

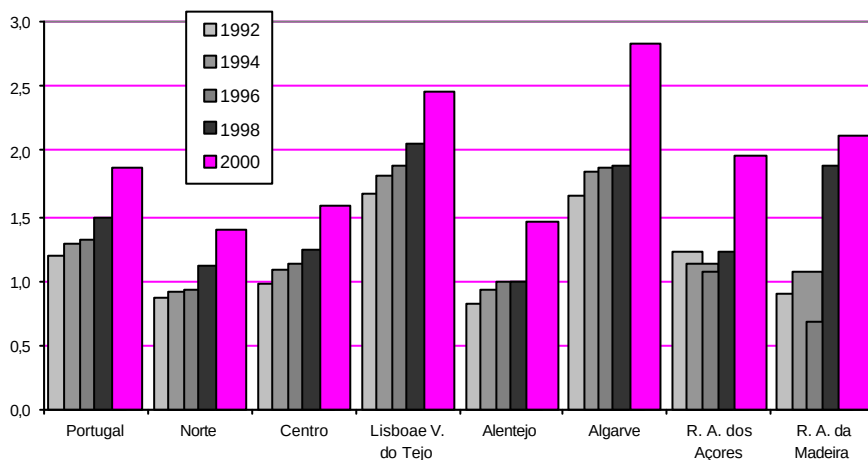


Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

2.9-Divórcios e taxa de divorcialidade, por região (NUTS II)

	1996		1997		1998		1999		2000	
	Divórcios	Taxa de divórcio	Divórcios	Taxa de divórcio	Divórcios	Taxa de divórcio	Divórcios	Taxa de divórcio	Divórcios	Taxa de divórcio
	n.º	p/1000	n.º	p/1000	n.º	p/1000	n.º	p/1000	n.º	p/1000
Portugal	13 245	1,3	13 927	1,4	15 098	1,5	17 676	1,7	19 104	1,9
Continente	12 813	1,3	13 369	1,4	14 331	1,5	16 720	1,7	18 117	1,9
Norte	3 324	0,9	3 667	1,0	3 994	1,1	4 828	1,3	5 068	1,4
Centro	1 957	1,1	2 041	1,2	2 174	1,2	2 554	1,5	2 788	1,6
Lisboa V. Tejo	6 359	1,9	6 442	1,9	6 960	2,1	7 741	2,3	8 422	2,5
Alentejo	526	1,0	529	1,0	524	1,0	722	1,4	760	1,4
Algarve	647	1,9	690	2,0	679	1,9	875	2,4	1 079	2,8
R. A. Açores	260	1,1	280	1,2	294	1,2	447	1,9	469	2,0
R. A. Madeira	172	0,7	278	1,1	473	1,9	509	2,1	518	2,1

Taxa de divorcialidade, por região (NUTS II)



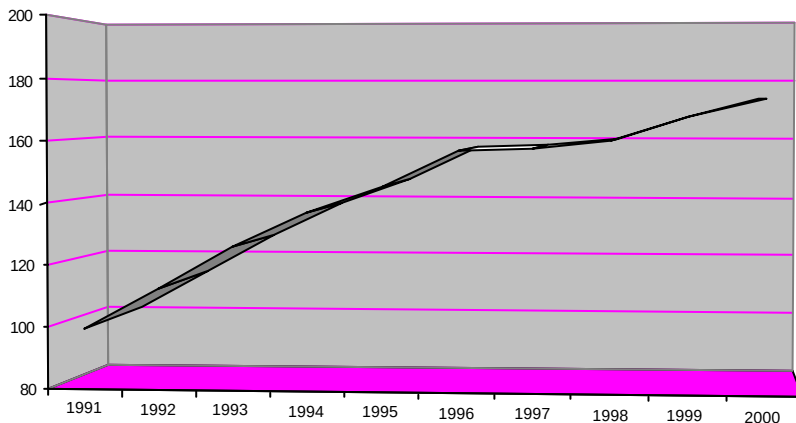
Nota: Dados provisórios aferidos para os resultados preliminares dos Censos 2001.

Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

3. EDUCAÇÃO

- Nos últimos 10 anos assistiu-se a uma redução da população sem qualquer nível de ensino, atingindo em 2000, 8,9% da população entre os 15 e os 64 anos.
- A proporção de mulheres sem qualquer nível de ensino é de 11,5% enquanto que no caso dos homens este valor é de 6,1%. Em contrapartida, a proporção da população feminina com um nível de ensino superior é 8,5%, cerca de 2,4 pontos percentuais superior à proporção verificada nos homens.
- A população universitária quase duplicou, entre 1991 e 2000, sendo que as mulheres representam mais de metade deste universo.

**Alunos matriculados, no ensino superior
(1991=100)**



Fonte: Ministério da Educação - DAPP

3.1-Despesa pública em educação, per capita, e em percentagem do PIB

	1995	1996	1997	1998
Despesa das administrações públicas (10⁶) Esc.	1 052 889	1 132 556	1 264 598	x
Per capita (10 ³) Esc.	106,2	114,1	127,2	x
Em percentagem do PIB	6,5	6,5	6,8	x
Despesas do Ministério da Educação (*) em % do PIB	5,4	5,6	5,6	5,5

(*) Inclui as despesas das secretarias regionais de educação das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Fonte: INE-Contas Nacionais; Estimativas da População Residente; Ministério da Educação

3.2-Repartição da população dos 15 aos 64 anos, por nível de ensino atingido

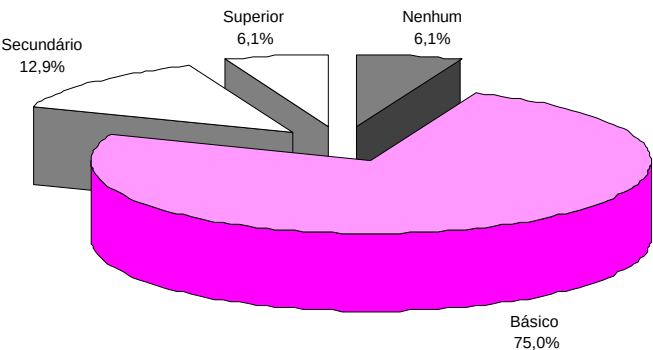
	Unidade: %				
	1996	1997	1998	1999	2000
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nenhum	10,5	10,3	10,2	10,0	8,9
Básico	67,1	67,6	70,8	70,1	70,3
Secundário	13,5	13,2	12,2	12,8	13,5
Superior	8,9	9,0	6,8	7,1	7,3

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusivé.

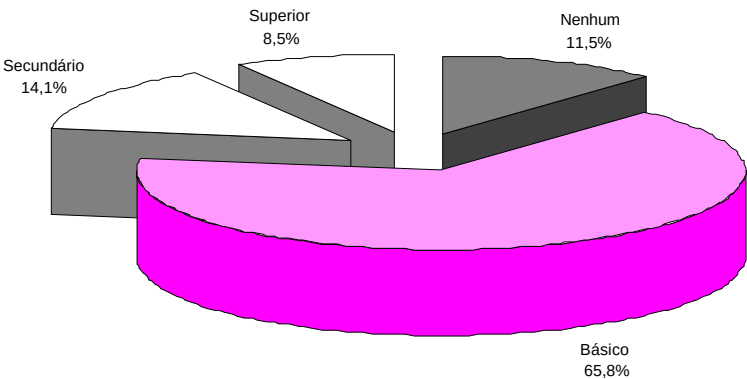
Repartição da população dos 15 aos 64 anos, por nível de ensino atingido e sexo

2000

HOMENS



MULHERES



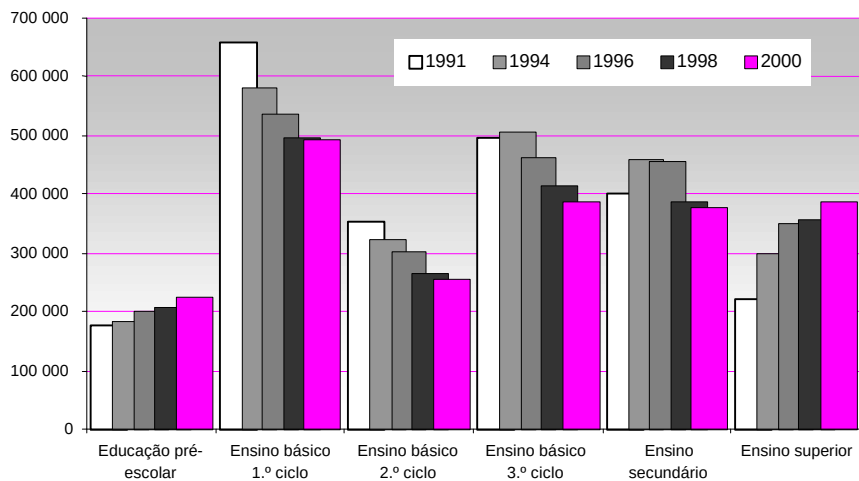
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

3.3-Alunos matriculados, por nível de ensino (*)

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Educação pré-escolar	200 490	200 797	208 139	218 225	224 575
Ensino básico 1.º ciclo	538 122	545 323	497 517	499 351	494 105
Ensino básico 2.º ciclo	303 187	287 373	263 883	258 794	256 547
Ensino básico 3.º ciclo	462 214	453 830	414 723	400 061	388 750
Ensino secundário	456 350	435 757	387 577	384 523	378 691
Ensino superior	350 850	351 784	356 790	373 745	387 703

(*) Refere-se ao início de cada ano lectivo.
Nota: Dados preliminares para Portugal em 1997. Dados preliminares para o Continente (no ensino não superior) de 1998 a 2000.

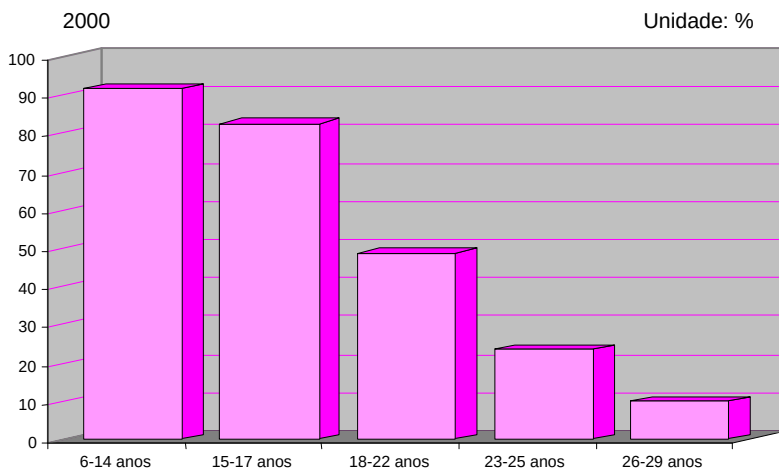


Fonte: Ministério da Educação - DAPP

3.4-Taxa de escolarização da população dos 6 aos 29 anos, por sexo e grupo etário

	Unidade: %				
	1996	1997	1998	1999	2000
Total (6-29 anos)	60,3	59,3	54,3	53,9	54,8
Homens	58,8	57,5	53,2	52,8	53,4
Mulheres	61,9	61,2	55,4	55,1	56,2
Grupo etário:					
6-14 anos	95,1	95,2	90,4	90,0	91,6
15-17 anos	83,2	81,3	81,8	81,6	82,6
18-22 anos	50,5	49,2	46,4	47,5	48,7
23-25 anos	27,2	26,7	21,0	22,4	23,5
26-29 anos	10,6	10,5	8,7	9,0	10,0

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusivé.



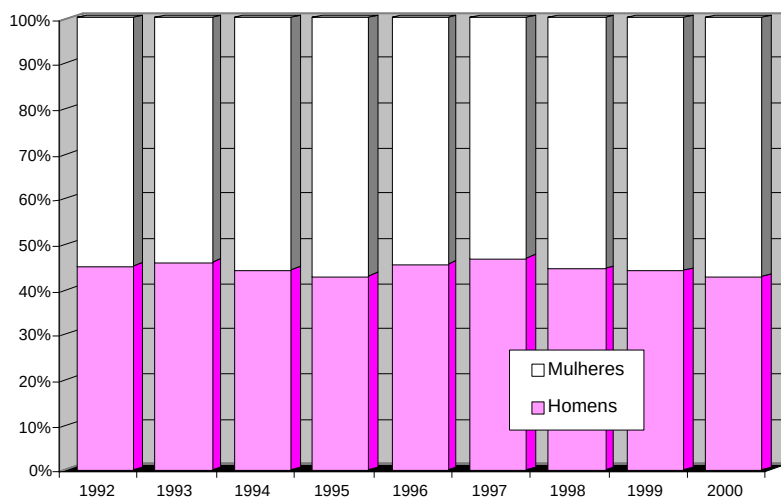
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

3.5-População a frequentar o ensino superior, por sexo

Unidade: %

	1996	1997	1998	1999	2000
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	45,7	46,8	44,5	44,1	42,7
Mulheres	54,3	53,2	55,5	55,9	57,3

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

3.6-Pessoal docente, por nível de ensino

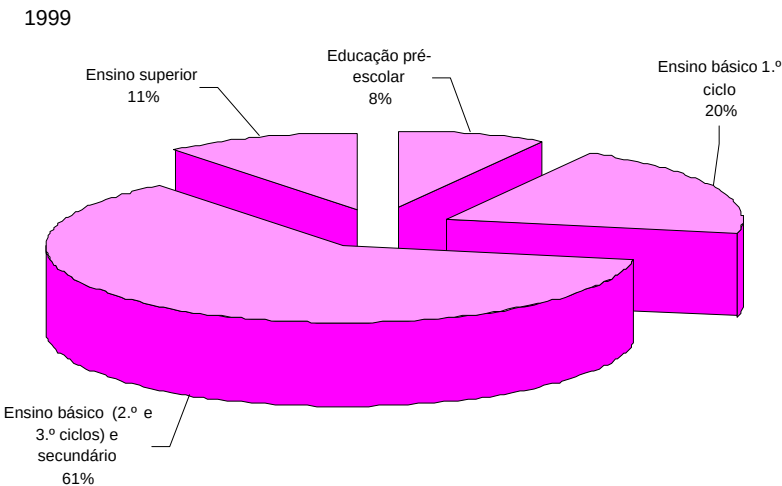
Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Educação pré-escolar (*)	7 515	8 735	13 915	15 082	14 055
Ensino básico 1.º ciclo	37 485	37 487	36 360	37 382	35 949
Ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário	113 948	114 544	116 628	115 944	113 267
Ensino superior (**)	16 677	17 778	18 885	19 806	x

(*) Até 1997 os valores dizem respeito à rede do ME. A partir de 1998 são educadores dos J. Infância do ME e das IPSS.

(**) Do ensino público.

Nota: Dados preliminares para Portugal de 1997 a 1999. Dados preliminares para o Continente em 2000.

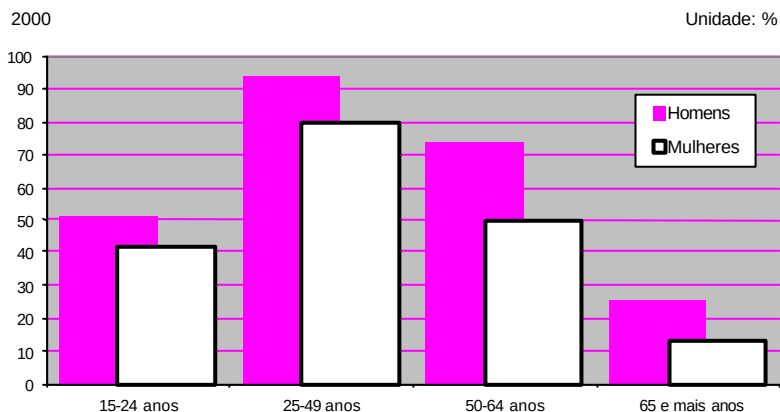


Fonte: Ministério da Educação – DAPP

4. EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Entre 1998 e 2000, o emprego cresceu cerca de 3,6%, contribuindo para esse crescimento principalmente o sector dos Serviços que, para o mesmo período, registou um crescimento quase duplo (7,0%).
- A taxa de desemprego mantém a tendência decrescente, realçando-se a evolução positiva no desemprego dos jovens, que passou de 10,8% em 1998 para 8,6% em 2000.
- No ano 2000, a taxa de actividade para a população com 65 e mais anos foi estimada em 18,4%. Este valor, que reflecte a tendência crescente que se tem verificado para este escalão etário, traduz desta forma o manter-se “activo” na idade da reforma.

Taxa de actividade, por grupo etário e sexo



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.1-Estrutura da população activa, por sexo

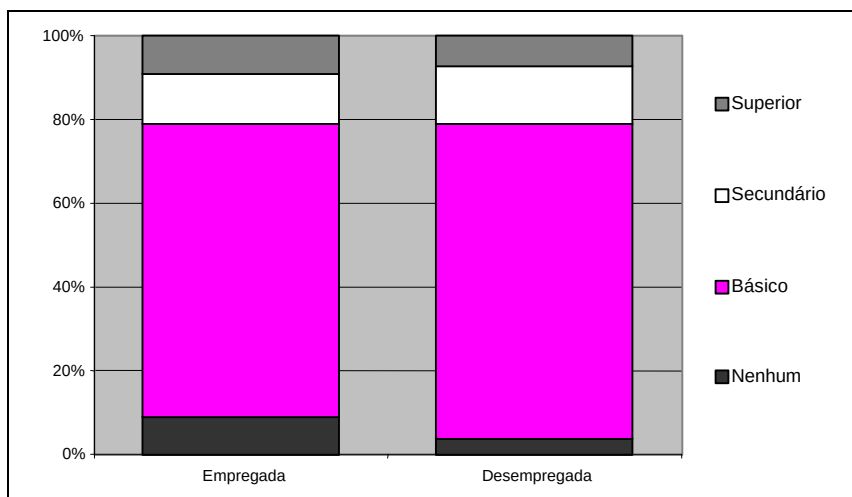
Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Total	4 788 807	4 854 469	4 986 763	5 046 763	5 113 148
Homens	2 625 859	2 654 305	2 735 909	2 757 284	2 782 679
Mulheres	2 162 948	2 200 163	2 250 853	2 289 478	2 330 469

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive. A partir de 1998 a idade mínima considerada para a população activa é de 15 anos.

População empregada e desempregada, por nível instrução

2000

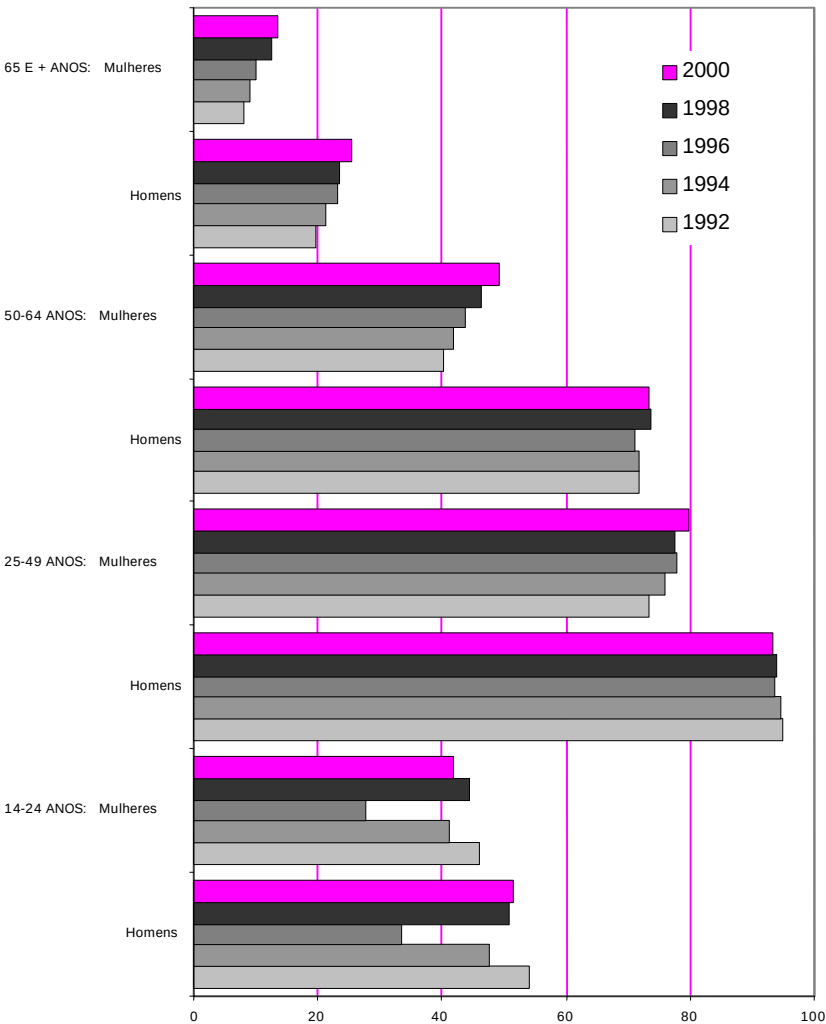


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.2-Taxa de actividade, por grupo etário e sexo

	Unidade: %				
	1996	1997	1998	1999	2000
Total	48,5	49,1	50,0	50,5	51,1
Homens	55,4	56,4	57,0	57,3	57,5
Mulheres	42,2	42,6	43,6	44,2	44,9
14-24 anos					
Total	30,7	32,3	47,6	47,3	46,7
Homens	33,4	35,1	50,7	51,2	51,4
Mulheres	27,8	29,4	44,5	43,4	41,9
25-49 anos					
Total	85,3	85,4	85,7	85,9	86,6
Homens	93,6	93,2	93,9	93,7	93,4
Mulheres	77,8	78,1	77,6	78,3	79,9
50-64 anos					
Total	56,6	58,5	59,0	59,9	60,6
Homens	71,2	72,0	73,5	73,3	73,4
Mulheres	43,8	46,7	46,3	48,2	49,2
65 e mais anos					
Total	15,6	16,1	17,2	17,6	18,4
Homens	23,0	23,6	23,6	24,1	25,4
Mulheres	10,1	10,7	12,5	13,1	13,5

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive. A partir de 1998 a idade mínima considerada para a população activa é de 15 anos.



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.3-Estrutura do emprego, por situação na profissão e sexo

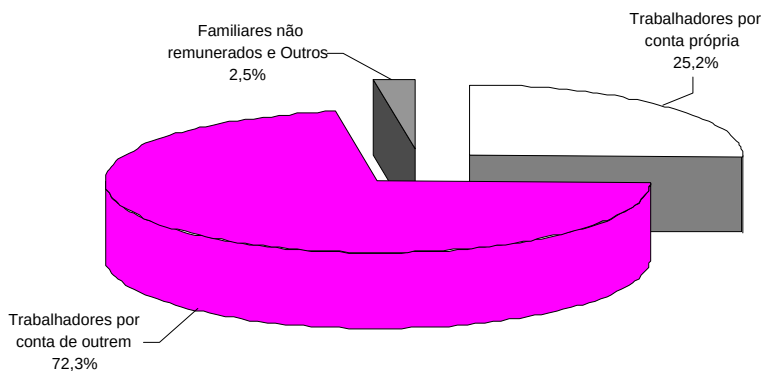
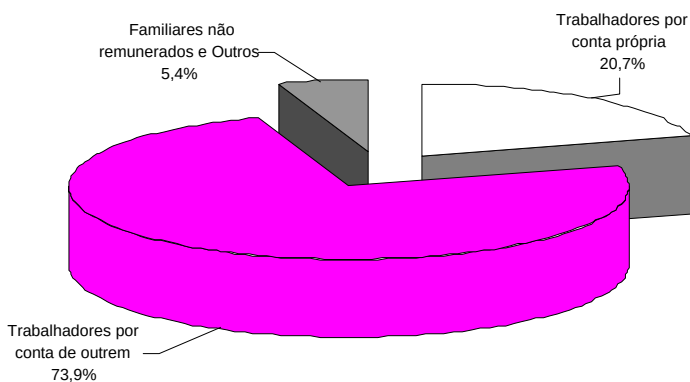
Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
TOTAL	4 444 861	4 530 362	4 738 818	4 825 166	4 908 527
Trabalhadores por conta própria	1 186 327	1 225 941	1 210 264	1 183 061	1 136 115
Com pessoal ao serviço	282 131	271 745	289 718	288 266	288 170
Sem pessoal ao serviço	904 196	954 197	920 546	894 795	847 945
Trabalhadores por conta de outrem	3 181 656	3 230 182	3 386 265	3 497 317	3 585 470
Familiares não remunerados e Outros	76 879	74 238	142 289	144 788	186 942
 HOMENS	 2 458 883	 2 495 769	 2 628 316	 2 651 360	 2 694 753
Trabalhadores por conta própria	700 372	709 173	714 250	694 049	678 280
Com pessoal ao serviço	209 380	197 194	215 725	217 008	215 085
Sem pessoal ao serviço	490 991	511 979	498 526	477 041	463 195
Trabalhadores por conta de outrem	1 722 352	1 755 302	1 854 651	1 897 699	1 949 133
Familiares não remunerados e Outros	36 159	31 294	59 415	59 612	67 340
 MULHERES	 1 985 978	 2 034 593	 2 110 502	 2 173 806	 2 213 774
Trabalhadores por conta própria	485 955	516 768	496 014	489 013	457 835
Com pessoal ao serviço	72 751	74 550	73 994	71 258	73 085
Sem pessoal ao serviço	413 204	442 218	422 020	417 755	384 750
Trabalhadores por conta de outrem	1 459 303	1 474 880	1 531 614	1 599 617	1 636 337
Familiares não remunerados e Outros	40 720	42 944	82 874	85 176	119 602

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.

Estrutura do emprego, por situação na profissão e sexo

2000

HOMENS**MULHERES**

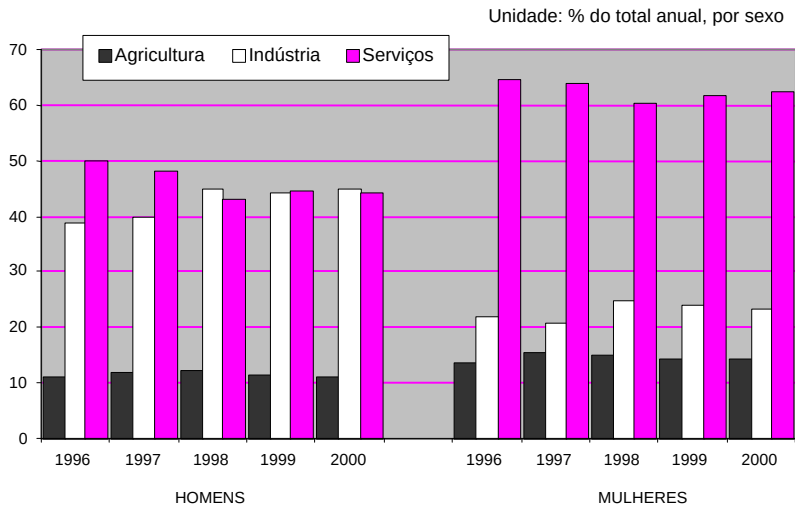
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.4-Estrutura do emprego, por sector de actividade e sexo

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
TOTAL	4 444 861	4 530 362	4 738 818	4 825 166	4 908 527
Agricultura	545 879	616 972	639 474	613 293	616 304
Indústria	1 385 524	1 419 203	1 694 700	1 694 427	1 719 637
Serviços	2 513 457	2 494 187	2 404 610	2 516 632	2 572 456
HOMENS	2 458 883	2 495 769	2 628 316	2 651 360	2 694 753
Agricultura	275 538	300 039	320 471	300 160	302 284
Indústria	952 216	998 912	1 174 704	1 175 111	1 205 306
Serviços	1 231 129	1 196 818	1 133 119	1 175 649	1 187 097
MULHERES	1 985 978	2 034 593	2 110 502	2 173 806	2 213 774
Agricultura	270 342	316 933	319 004	313 133	314 021
Indústria	433 308	420 290	519 997	519 316	514 331
Serviços	1 282 328	1 297 369	1 271 491	1 340 983	1 385 358

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.

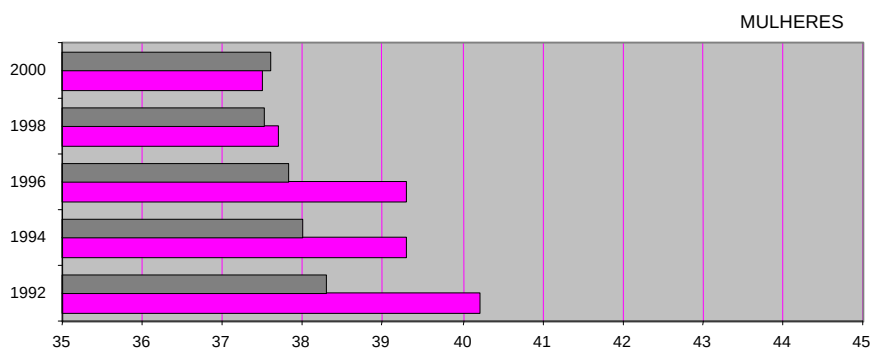


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.5-Número médio de horas semanais habitualmente efectuadas pela população empregada (total e por conta de outrem), por sexo

	1996	1997	1998	1999	2000
Pop. empregada					
Total	42,1	41,3	40,3	39,8	39,7
Homens	44,4	43,6	42,4	41,7	41,5
Mulheres	39,3	38,5	37,7	37,5	37,5
Trab. por conta de outrem					
Total	40,4	39,9	39,7	39,3	39,3
Homens	42,6	42,0	41,5	40,8	40,8
Mulheres	37,8	37,4	37,5	37,5	37,6

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

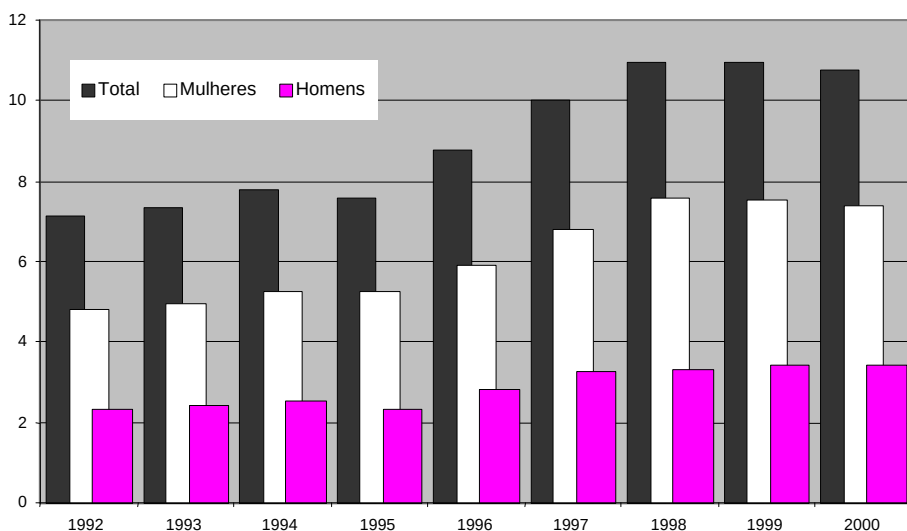
4.6-População empregada e a trabalhar a tempo parcial, por sexo

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Total do emprego	4 444 861	4 530 362	4 738 818	4 825 166	4 908 527
A tempo parcial	389 152	454 493	518 481	527 788	528 460
Homens	126 630	147 492	157 996	165 030	166 949
Mulheres	262 523	307 001	360 485	362 758	361 511

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.

Unidade: % do total do emprego



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.7-Trabalhadores por conta de outrem (TCO) e que trabalham ao fim de semana e por turnos

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Total de TCO	3 181 656	3 230 182	3 386 265	3 497 317	3 585 470
Fins de semana	859 843	908 220	680 727	722 048	1 078 692
Turnos	268 450	289 328	274 431	281 907	294 586

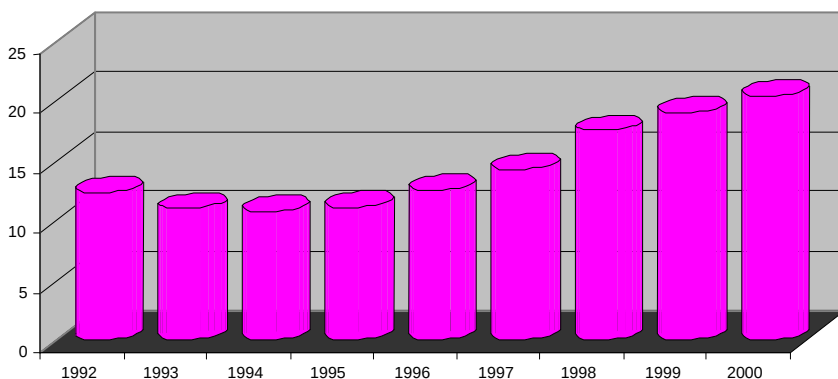
4.8-Trabalhadores por conta de outrem, com e sem contrato permanente

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Trabalhadores por conta de outrem	3 181 656	3 230 182	3 386 265	3 497 317	3 585 470
Com contrato permanente	2 773 605	2 759 589	2 792 538	2 831 367	2 853 707
Sem contrato permanente	396 950	459 644	592 783	665 950	731 763
Não sabe/não responde	11 101	10 948	944	-	-

Trabalhadores por conta de outrem, sem contrato permanente

Unidade: %



Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.

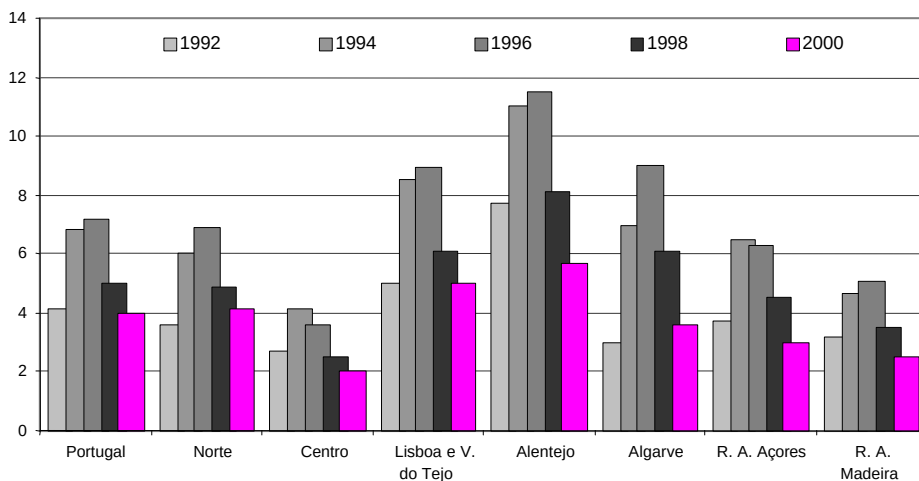
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.9-Taxa de desemprego, por região (NUTS II)

Unidade: %

	1996	1997	1998	1999	2000
Portugal	7,2	6,7	5,0	4,4	4,0
Continente	7,3	6,7	5,0	4,5	4,1
Norte	6,9	6,8	4,9	4,4	4,1
Centro	3,6	3,5	2,5	2,1	2,0
Lisboa e V. do Tejo	8,9	7,8	6,1	5,6	5,0
Alentejo	11,5	11,0	8,1	6,7	5,7
Algarve	9,0	7,8	6,1	4,8	3,6
R. A. Açores	6,3	5,3	4,5	3,3	3,0
R. A. Madeira	5,1	5,2	3,5	2,8	2,5

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.



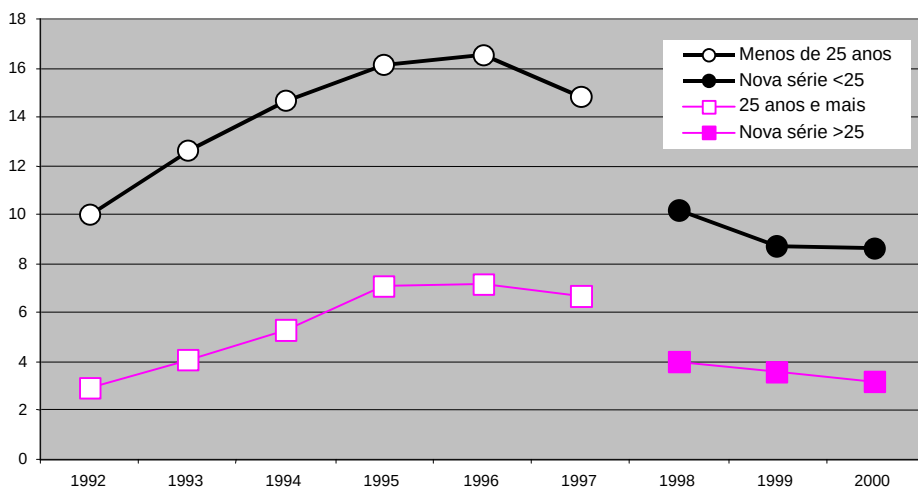
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.10-Taxa de desemprego, por grupo etário e sexo

Unidade: %

	1996	1997	1998	1999	2000
Total	7,2	6,7	5,0	4,4	4,0
Homens	6,4	6,0	3,9	3,8	3,2
Mulheres	8,2	7,5	6,2	5,1	5,0
Menos de 25 anos					
Total	16,5	14,8	10,2	8,7	8,6
Homens	14,1	11,7	8,0	7,0	6,2
Mulheres	19,7	18,8	12,8	10,8	11,6
25 anos e mais					
Total	7,2	6,7	4,0	3,6	3,2
Homens	6,4	6,0	3,2	3,3	2,6
Mulheres	8,2	7,5	5,0	4,0	3,9

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.



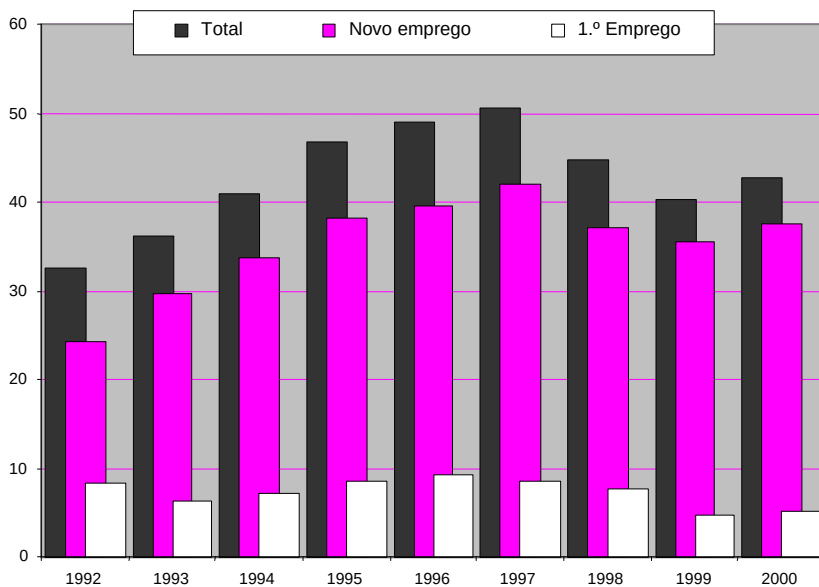
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.11-População desempregada, de longa duração (12 meses e mais), em percentagem do desemprego total

Unidade: %

	1996	1997	1998	1999	2000
Total	48,9	50,5	44,7	40,3	42,7
1.º Emprego	9,3	8,5	7,6	4,8	5,2
Novo emprego	39,6	42,0	37,1	35,4	37,5

Nota: Nova série estatística a partir de 1998, inclusive.



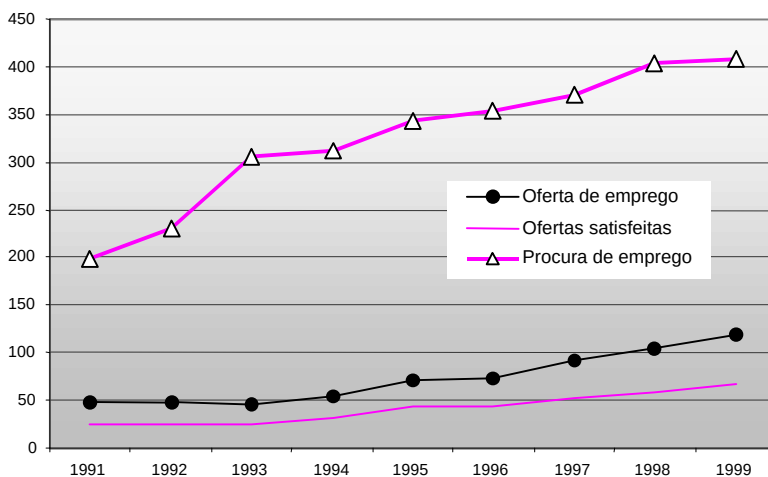
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.12-Movimentos (administrativos) da procura e da oferta de emprego, no Continente

Unidade: 10³

	1995	1996	1997	1998	1999
Oferta de emprego	71,2	72,7	92,0	104,8	118,7
Procura de emprego	344,0	354,3	371,2	404,3	408,5
Desempregados registados	334,9	344,9	362,0	391,7	394,4
Empregados	9,1	9,4	9,2	12,6	14,1
Ofertas satisfeitas	43,8	43,2	52,2	57,6	67,1

Nota: Movimento ao longo do ano.

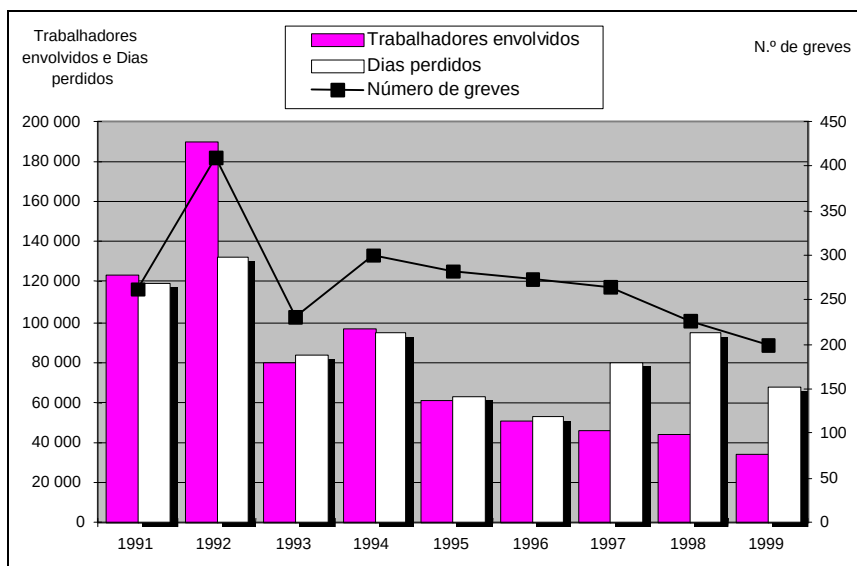


Fonte: IEFP-Instituto do Emprego e Formação Profissional

4.13-Número de greves, de trabalhadores envolvidos, e número de dias perdidos, como consequência de greves efectuadas

	Unidade n.º				
	1995	1996	1997	1998	1999
Número de greves	282	274	265	227	200
Trabalhadores envolvidos	60 469	50 515	45 882	44 246	33 500
Dias perdidos	62 867	52 883	80 077	94 755	67 400

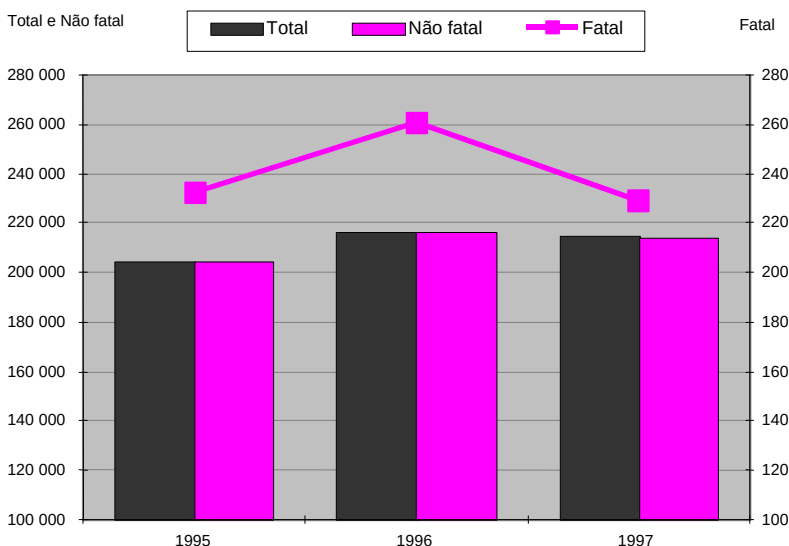
Nota: Uma greve pode desenvolver-se em mais do que uma actividade económica e em mais que um período de referência (mês, trimestre, etc).



Fonte: DETEFP MTS-Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

4.14-Acidentes de trabalho, segundo a consequência

	Unidade: n.º		
	1995	1996	1997
Total	204 273	216 115	214 326
Não fatal	204 041	215 854	214 097
Fatal	232	261	229

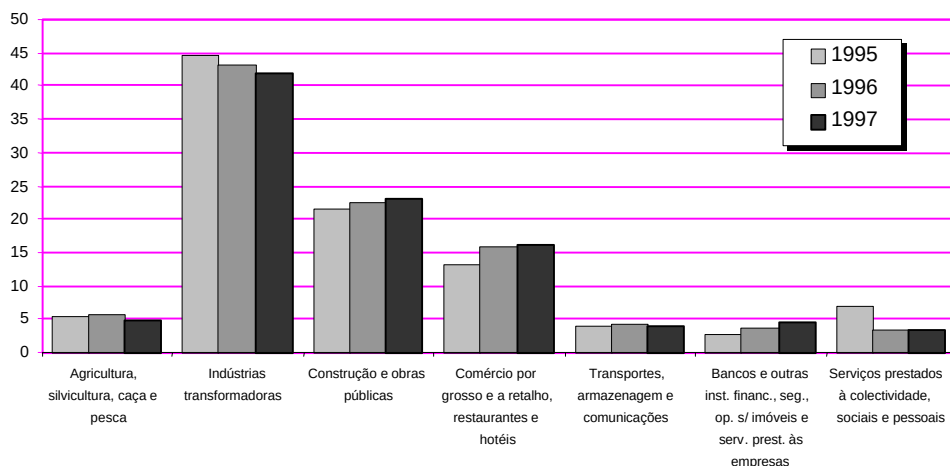


Fonte: DETEFP MTS-Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade: Acidentes de Trabalho

4.15-Distribuição percentual dos acidentes de trabalho, por ramo de actividade económica

Unidade: %

	1995	1996	1997
Total	100,0	100,0	100,0
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	5,4	5,6	4,8
Indústrias extractivas	1,3	1,2	1,2
Indústrias transformadoras	44,7	43	42,0
Electricidade, gás e água	0,5	0,4	0,4
Construção e obras públicas	21,5	22,5	23,1
Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis	13,1	15,9	16,3
Transportes, armazenagem e comunicações	3,9	4,1	3,9
Bancos e outras inst. financ., seg., op. s/ imóveis e serv. prest. às empresas	2,7	3,7	4,6
Serviços prestados à colectividade, sociais e pessoais	6,8	3,4	3,4
Actividades mal definidas	0,1	0,2	0,4

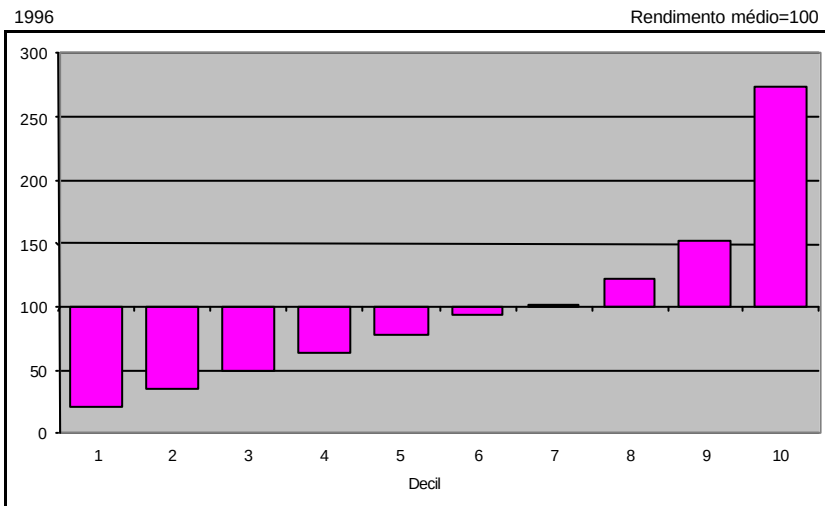


Fonte: DETEFP MTS-Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

5. RENDIMENTO E PREÇOS

- Os rendimentos do trabalho são a principal fonte de rendimento dos agregados domésticos, nomeadamente os provenientes do trabalho por conta de outrem (em 1996 representavam 62,2%, enquanto o proveniente do trabalho por conta própria contribuía com 11,8%).
- A distribuição do rendimento anual líquido dos agregados apresenta fortes desigualdades: os 20% mais pobres da população, apenas retêm 6% do rendimento, enquanto os 20% mais ricos detêm 45%.
- Embora as transferências sociais (não considerando as pensões de reforma e sobrevivência), não representem mais de 5% do rendimento total, são um instrumento que permite reduzir a proporção de “pobres”, como mostra o decréscimo da população considerada pobre, após consideração destas transferências.
- É nos agregados constituídos por “Indivíduo só, com 65 e mais anos” que existe a maior proporção de indivíduos em situação de pobreza: 50,7% em 1996.

Rendimento anual líquido médio por decis de Agregados Domésticos Privados (ADPs), em função da diferença em relação ao rendimento total médio



Fonte: INE-Painel de Agregados Domésticos Privados

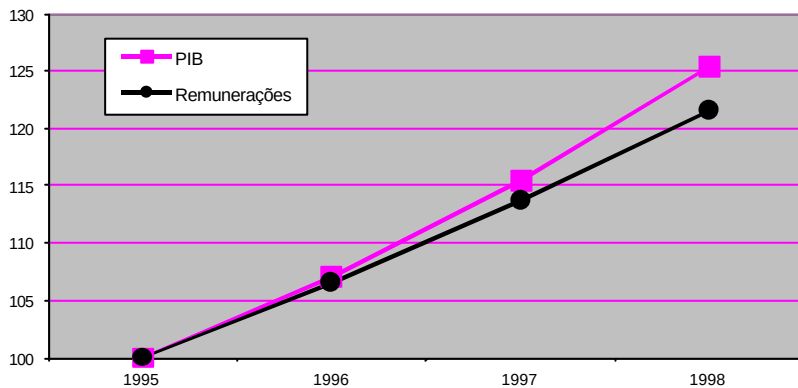
5.1-Produto interno bruto (PIB) e PIB per capita

	1996	1997	1998	1999	2000
PIB (10 ⁶ Esc.)	17 339 710	18 705 552	20 313 440	21 694 862	23 106 632
PIB per capita (Esc.)	1 725 674	1 856 384	2 008 943	2 136 548	2 263 015

5.2-Rendimento disponível bruto (RDB), consumo e poupança das famílias

	Unidade: 10 ⁶ Esc.	
	1995	1996
RDB	10 574 015	10 992 231
Consumo	10 214 727	10 938 867
Poupança	525 353	208 910

Produto interno bruto (PIB) e remunerações (1995=100)



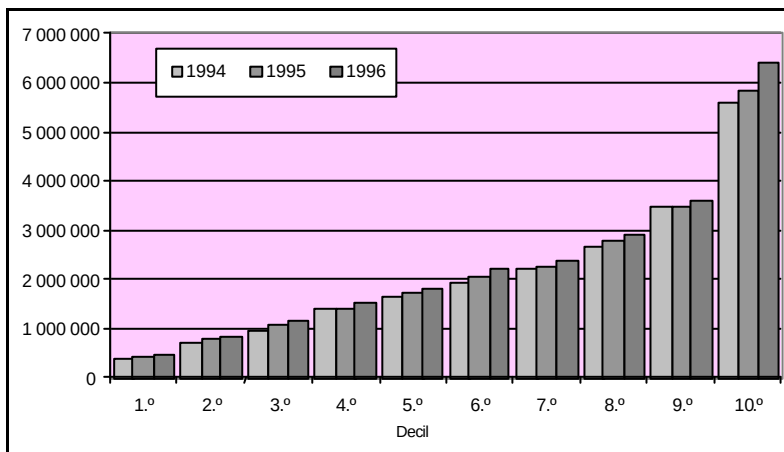
Fonte: INE-Contas Nacionais

5.3-Distribuição do rendimento anual líquido médio por decis, de Agregados Domésticos Privados

Unidade: Esc.

Decil	1994	1995	1996
Total	2 077 857	2 191 343	2 352 269
1.º	377 391	435 356	479 421
2.º	711 131	771 344	854 136
3.º	978 055	1 094 576	1 168 660
4.º	1 377 490	1 433 247	1 492 997
5.º	1 645 524	1 748 109	1 826 793
6.º	1 918 550	2 042 225	2 203 575
7.º	2 214 951	2 273 825	2 393 879
8.º	2 644 341	2 780 088	2 869 929
9.º	3 477 158	3 465 074	3 581 089
10.º	5 572 613	5 830 538	6 427 250
S80/S20*	7,6	7,1	7,4

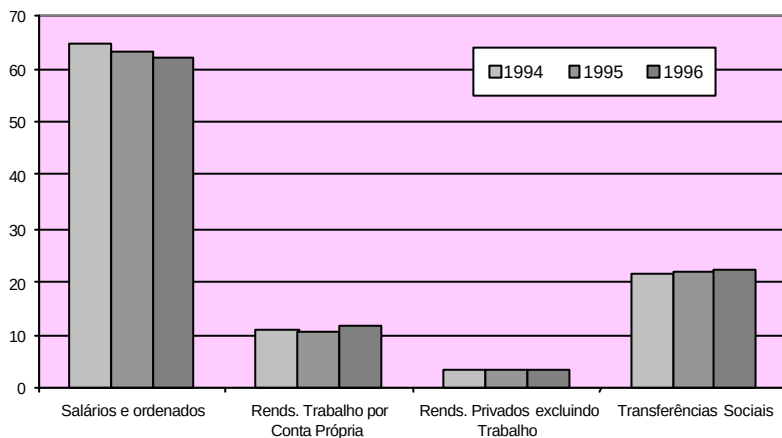
*Ratio S80/S20-rácio entre a parte do rendimento total recebido pelos 20% de população com maiores rendimentos e a parte recebida pelos 20% de menores rendimentos.



Fonte: INE-Painel de Agregados Domésticos Privados

5.4-Rendimento anual líquido dos Agregados Domésticos Privados, por proveniência

	Unidade: %		
	1994	1995	1996
Salários e ordenados	64,6	63,4	62,2
Rends. Trabalho por Conta Própria	10,9	10,7	11,8
Rends. Privados excluindo Trabalho	3,3	3,7	3,6
Transferências Sociais	21,2	22,1	22,3
Pensões Reforma/Sobrevivência	16,2	16,7	17,0

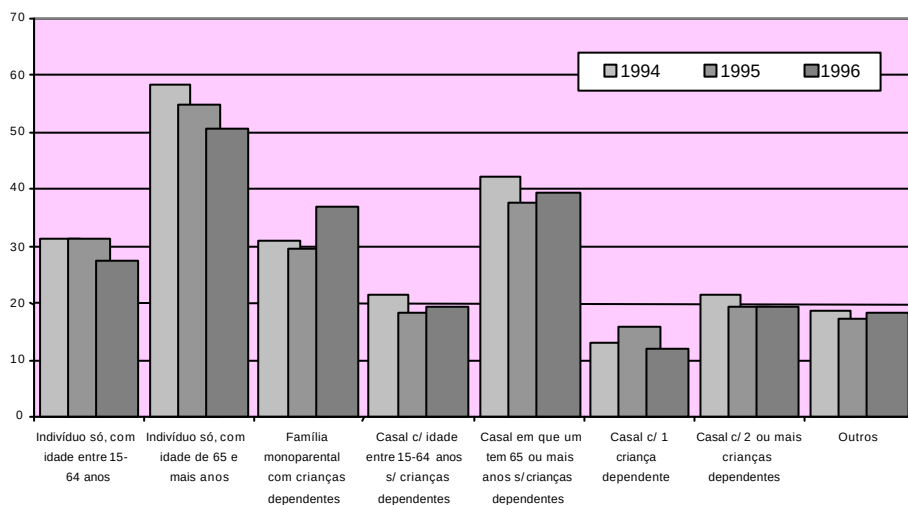


Fonte: INE-Painel de Agregados Domésticos Privados

5.5-Percentagem dos agregados cujo rendimento anual líquido se situa abaixo da linha de pobreza, por tipo de Agregado Doméstico Privado

	Unidade %		
	1994	1995	1996
Indivíduo só, com idade entre 15-64 anos	31,4	31,4	27,5
Indivíduo só, com idade de 65 e mais anos	58,3	55,0	50,7
Família monoparental com crianças dependentes	31,3	29,5	37,1
Casal c/ idade entre 15-64 anos s/ crianças dependentes	21,5	18,4	19,1
Casal em que um tem 65 ou mais anos s/ crianças dependentes	42,1	37,8	39,6
Casal c/ 1 criança dependente	12,9	15,8	11,9
Casal c/ 2 ou mais crianças dependentes	21,4	19,6	19,1
Outros	18,5	17,3	18,2

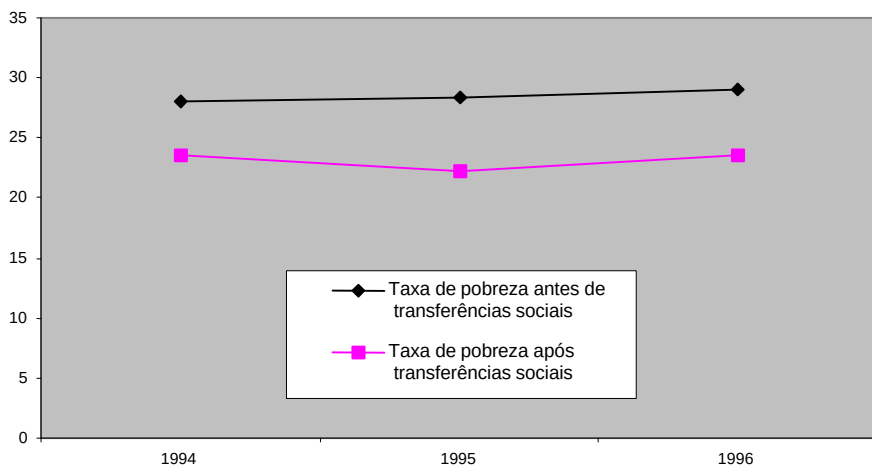
Nota: Linha de pobreza=60% do rendimento mediano por adulto equivalente



Fonte: INE-Painel de Agregados Domésticos Privados

5.6-Transferências sociais

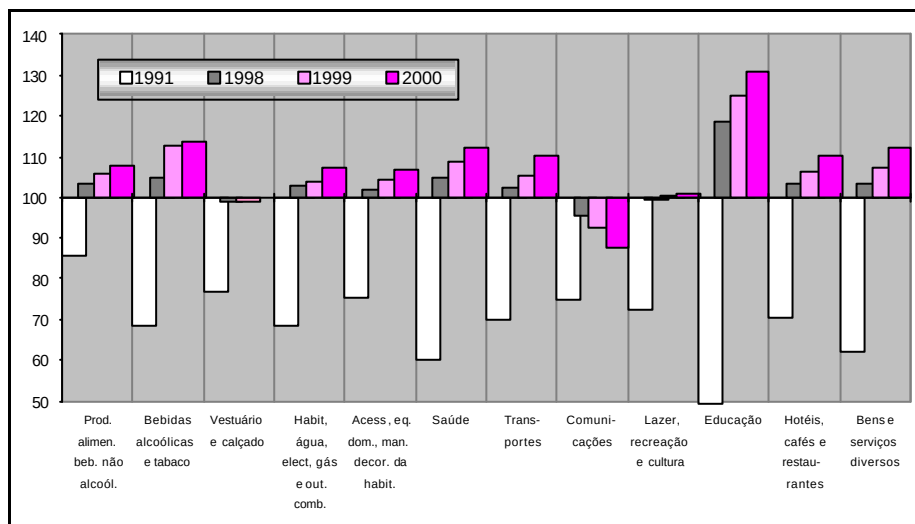
	1994	1995	1996
Rendimento médio por adulto equivalente antes transf. sociais (10^3 escudos)	1 012	1 054	1 123
Rendimento médio por adulto equivalente após transf. sociais (10^3 escudos)	1 066	1 115	1 188
Peso das transferências sociais - exclui pensões (%)	5,1	5,5	5,4
Linha de pobreza (60% Mediana) (10^3 escudos)	515	541	569
Taxa de pobreza antes de transferências sociais (%)	28	28	29
Taxa de pobreza após transferências sociais (%)	23	22	23



Fonte: INE-Painel de Agregados Domésticos Privados

5.7-Índice de preços no consumidor, por classes - nacional (1997=100)

Classes de despesa	1996	1997	1998	1999	2000
Total	97,70	100,0	102,8	105,2	108,2
Total excepto Habitação	97,87	100,0	102,7	105,1	108,1
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	99,88	100,0	103,5	105,7	108,0
Bebidas alcoólicas e tabaco	97,47	100,0	104,9	112,5	113,4
Vestuário e calçado	99,42	100,0	99,0	99,4	100,2
Habitação, água, electric., gás e out. combust.	95,88	100,0	102,7	103,6	107,5
Acessórios, equip. dom., manut. decor. da habit.	97,91	100,0	102,1	104,4	106,4
Saúde	94,36	100,0	104,6	108,9	112,3
Transportes	96,67	100,0	102,5	105,4	110,5
Comunicações	97,52	100,0	96,1	92,6	88,1
Lazer, recreação e cultura	98,43	100,0	99,7	100,4	101,2
Educação	91,44	100,0	118,7	124,5	130,7
Hotéis, cafés e restaurantes	97,69	100,0	103,4	106,3	110,2
Bens e serviços diversos	95,27	100,0	103,5	107,4	112,1



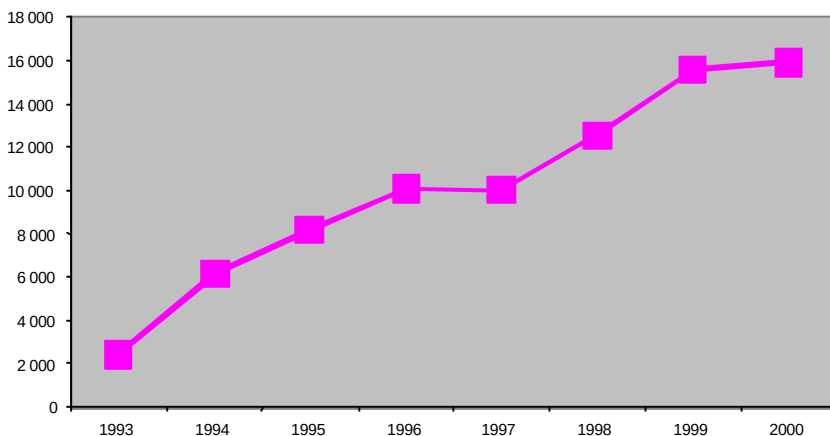
Fonte: INE-Índice de Preços no Consumidor

6. SEGURANÇA E CRIMINALIDADE

- Os crimes por condução com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 gr/l cresceram quase 7 vezes, entre 1993 e 2000.
- No ano 2000, foram registados pelas autoridades 363 294 crimes, valor que representa um acréscimo de 18 % face a 1993. Do valor registado em 2000, cerca de 20% corresponde a crimes de furto de/em veículos.
- Após uma subida entre 1993 e 1994, os crimes de homicídio voluntário e negligente têm na generalidade dos anos seguintes registado uma tendência para a sua diminuição; no ano 2000 representavam 3,6 em cada 100 000 habitantes (em 1993 este valor situava-se em 5,9).

**Crimes de condução com taxa de álcool,
registados pelas autoridades**

Unidade: n.º



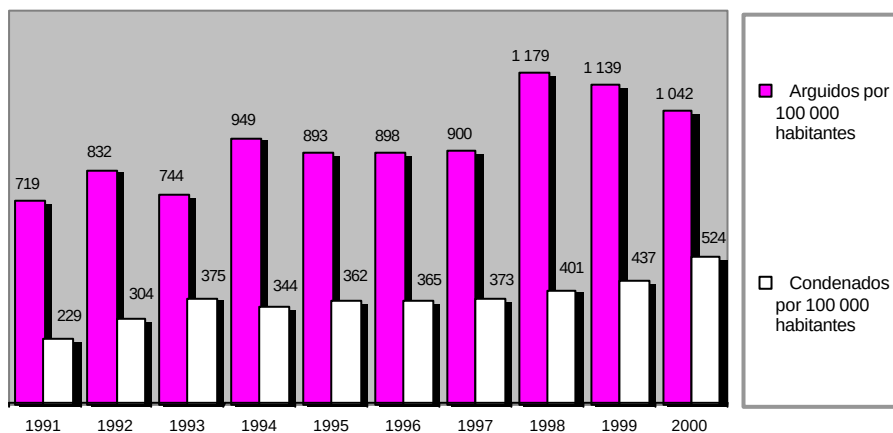
Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

6.1-Crimes registados pelas autoridades

Arguidos e condenados em processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Crimes registados pelas autoridades:					
Total	322 256	321 643	341 122	362 589	363 294
Por 100 000 habitantes	3 203	3 186	3 367	3 562	3 546
Processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância:					
Arguidos	90 360	90 858	119 530	115 958	106 795
Condenados	36 771	37 735	40 622	44 509	53 682
Arguidos por 100 000 habitantes	898	900	1 179	1 139	1 042
Condenados por 100 000 habitantes	365	373	401	437	524

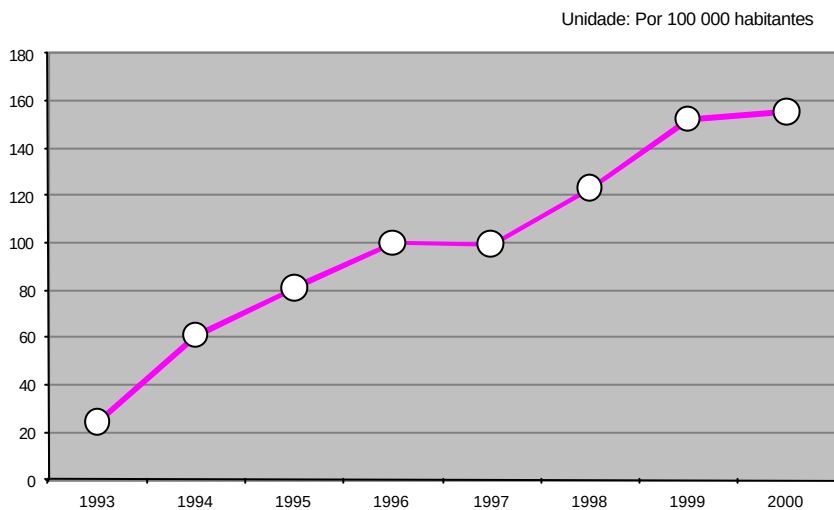


Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

6.2-Crimes de condução com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 gramas/litro, registados pelas autoridades

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Condução com taxa de álcool igual/superior a 1,2 gr/l	10 090	10 015	12 552	15 529	15 910
Por 100 000 habitantes	100	99	123	152	155

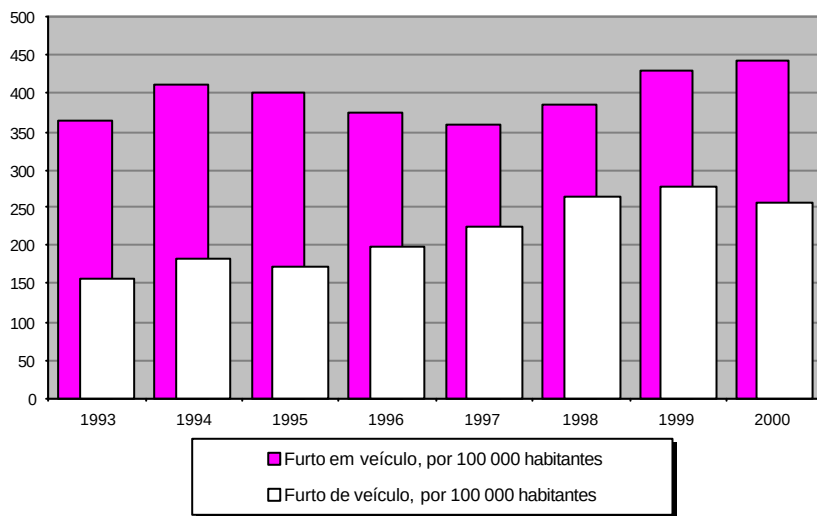


Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

6.3-Crimes de furto de/em veículos, registados pelas autoridades

Unidade: n.º

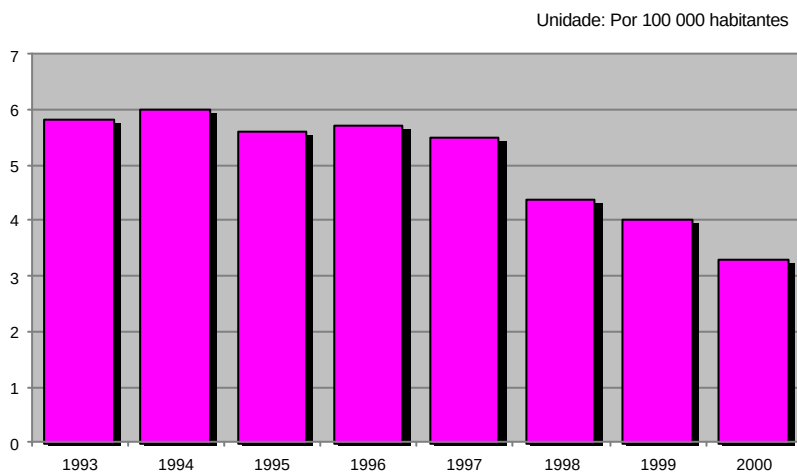
	1996	1997	1998	1999	2000
Furto de veículo	19 993	22 792	26 965	28 163	26 428
Furto em veículo	37 736	36 367	39 293	43 490	45 366
<i>Furto de veículo, por 100 000 habitantes</i>	<i>198</i>	<i>225</i>	<i>266</i>	<i>276</i>	<i>258</i>
<i>Furto em veículo, por 100 000 habitantes</i>	<i>375</i>	<i>360</i>	<i>387</i>	<i>427</i>	<i>442</i>



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

**6.4-Crimes de homicídio voluntário e negligente
(com excepção de acidentes de viação),
registados pelas autoridades**

	Unidade: n.º				
	1996	1997	1998	1999	2000
Total	576	558	453	410	346
Por 100 000 habitantes	5,7	5,5	4,4	4,0	3,3



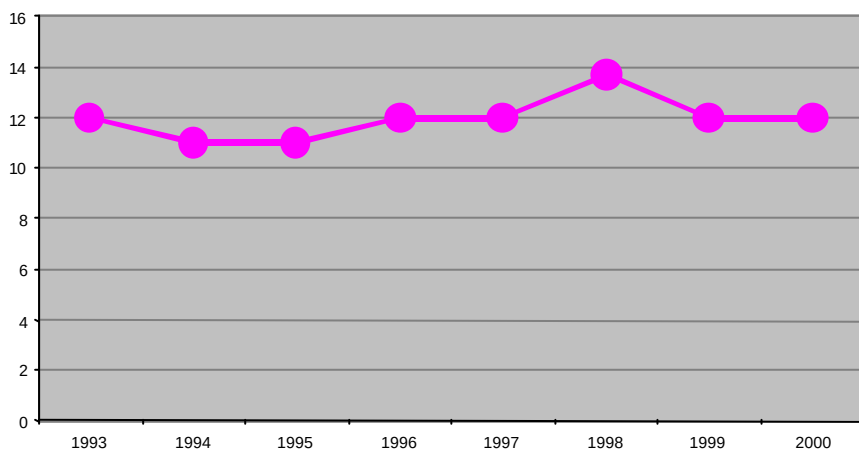
Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

6.5-Crimes de homicídio por negligência em acidentes de viação

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Total	1184	1250	1366	1253	1238
Por 100 000 habitantes	12	12	14	12	12

Unidade: Por 100 000 habitantes

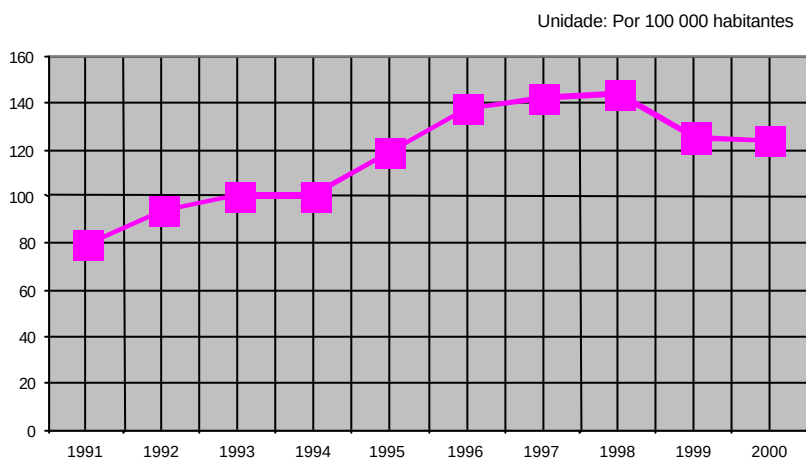


Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

**6.6-Reclusos existentes em 31 de Dezembro
nos estabelecimentos prisionais comuns,
segundo a situação penal**

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total	12 029	13 874	14 361	14 598	12 808	12 771
Preventivos	4 629	4 977	4 328	4 250	4 052	3 854
Condenados	7 400	8 897	10 033	10 348	8 756	8 821
<i>Por 100 000 habitantes</i>	<i>119</i>	<i>137</i>	<i>142</i>	<i>144</i>	<i>125</i>	<i>124</i>



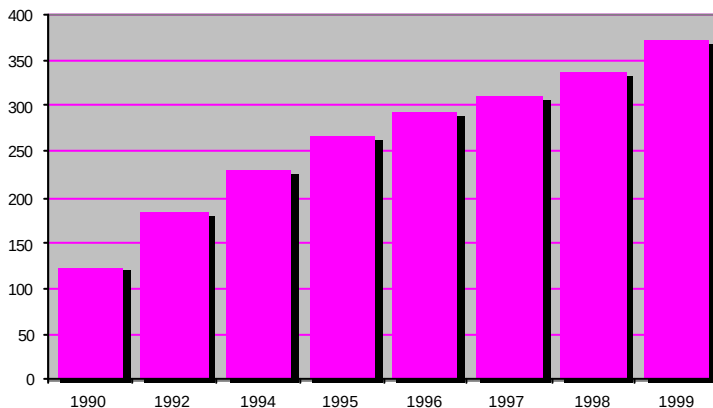
Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

7. PROTECÇÃO SOCIAL

- Entre 1991 e 1999, as quotizações sociais constituíram a principal fonte de financiamento da Protecção Social, representando em média 45% do total das receitas, seguindo-se-lhe as contribuições públicas com um valor médio de 37%. Nas quotizações sociais as contribuições da entidade patronal representaram em média cerca de 60%.
- Não obstante as prestações relativas à exclusão social não chegarem a representar 2% da totalidade das prestações, esta foi a função que registou maior crescimento, em consequência da expansão do Rendimento Mínimo Garantido, implementado em 1997.
- Em 1990, as despesas em prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa, eram da ordem dos 122 500 escudos; em 1999, esta despesa quase triplicou, fixando-se em 371 mil escudos.

**Despesas em prestações de velhice e sobrevivência,
por pessoa activa**

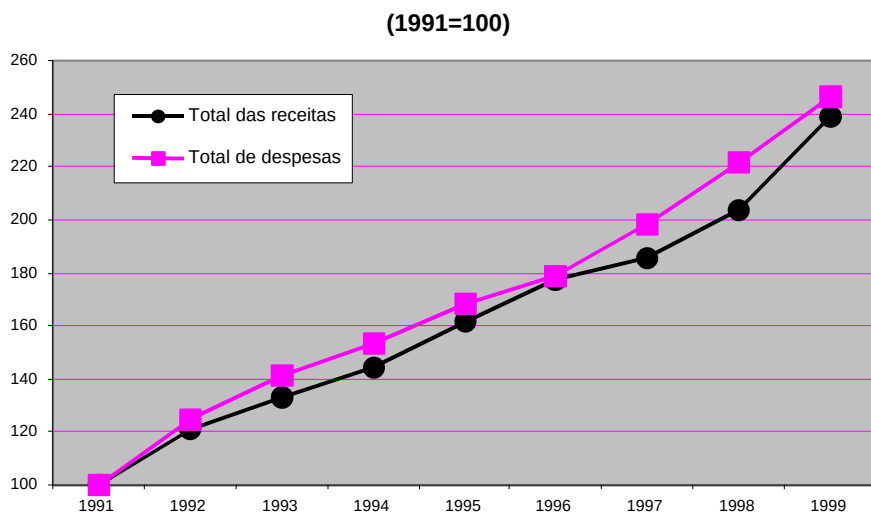
Unidade: 10³ Esc.



Fonte: INE-Estatísticas da Protecção Social

7.1-Receitas da protecção social, por natureza

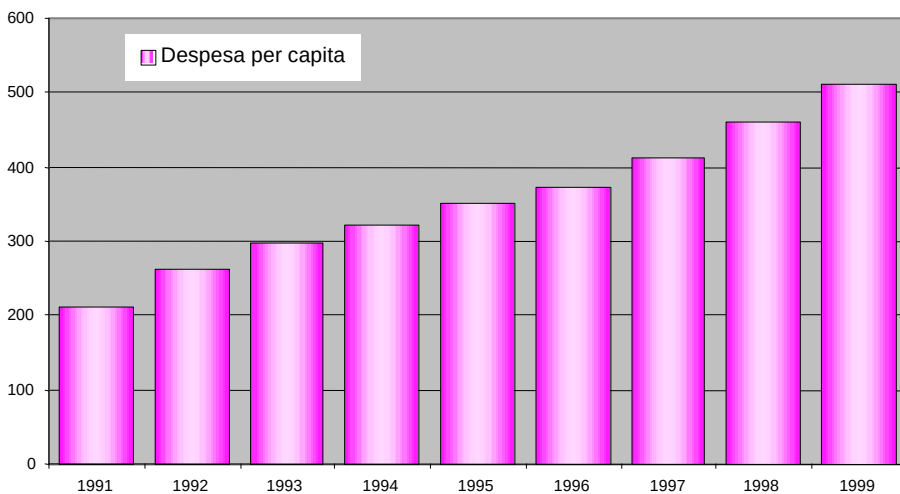
	1995	1996	1997	1998	1999
Total das receitas (10⁶ Esc.)	3 535 705	3 873 737	4 064 804	4 448 573	5 235 776
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Quotização da entidade patronal (%)	26,5	24,1	27,5	27,6	26,2
Quotização da pessoa protegida (%)	17,5	16,6	17,5	17,2	15,9
Contribuições públicas (%)	36,6	41,4	41,8	41,0	38,7
Outras receitas e transferências entre regimes (%)	19,4	17,9	13,2	14,2	19,2



Fonte: INE-Estatísticas da Protecção Social

7.2-Despesas da protecção social, per capita e em percentagem do PIB

	1995	1996	1997	1998	1999
Total de despesas (10⁶ Esc.)	3 529 984	3 750 574	4 168 255	4 659 384	5 183 042
Despesa per capita (10 ³ Esc.)	352,1	373,3	413,7	460,8	510,4
Despesa em % do PIB	21,7	21,6	22,3	23,1	23,9



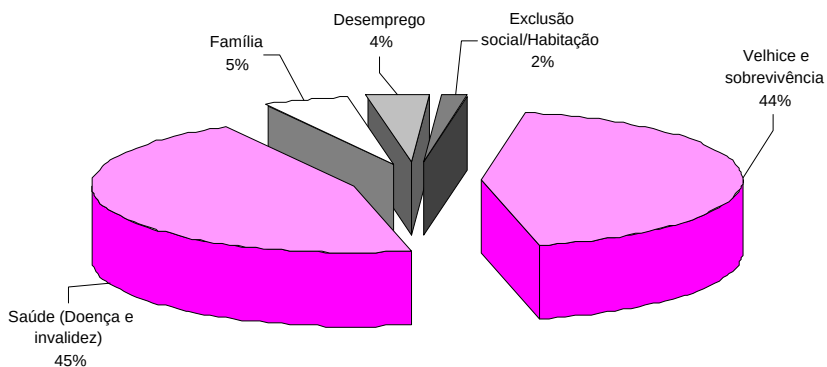
Fonte: INE- Estatísticas da Protecção Social; Contas Nacionais;
Estimativas da População Residente

7.3-Prestações de protecção social, por grupos de funções

Unidade: %

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Velhice e sobrevivência	43,41	43,34	42,77	42,63	43,71
Saúde (Doença e invalidez)	44,86	44,62	45,95	45,94	45,60
Família	5,75	5,61	5,31	5,21	5,21
Desemprego	5,53	5,78	5,05	4,68	3,73
Exclusão social	0,42	0,62	0,90	1,52	1,74
Habituação	0,03	0,02	0,02	0,02	0,01

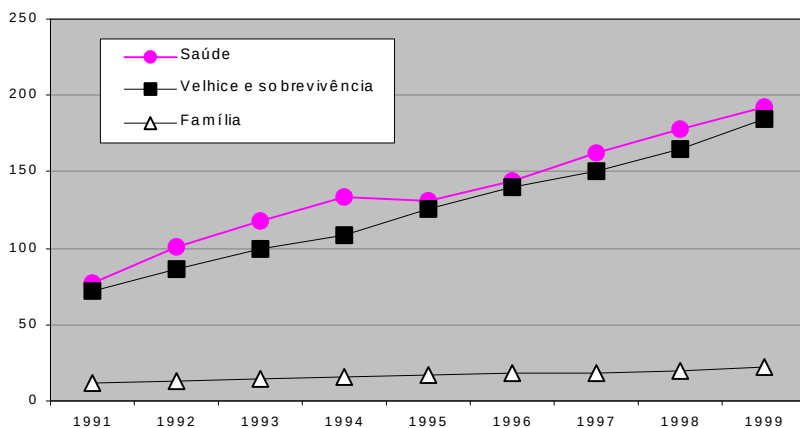
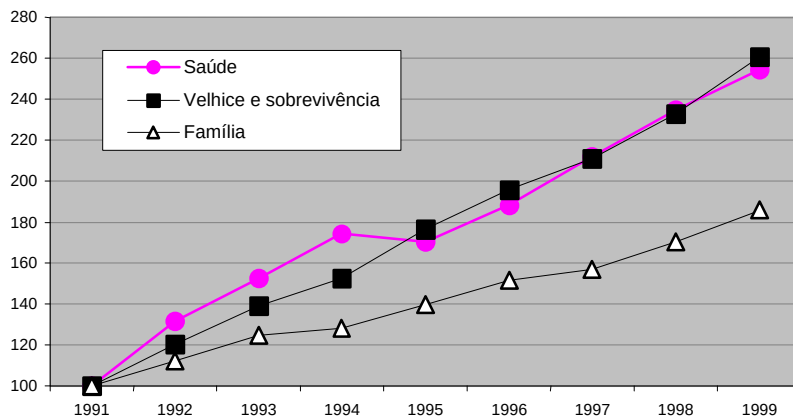
1999



Fonte: INE-Estatísticas da Protecção Social

7.4-Prestações de protecção social, por funções

	1995	1996	1997	1998	1999
Saúde					
Total (10 ⁶ Esc.)	1 306 764	1 444 308	1 626 400	1 800 824	1 950 874
Per capita (10 ³ Esc.)	130,3	144,0	161,8	178,0	192,1
1991=100	170,3	188,3	212,0	234,7	254,3
Velhice e sobrevivência					
Total (10 ⁶ Esc.)	1 264 608	1 403 156	1 513 514	1 671 178	1 870 034
Per capita (10 ³ Esc.)	126,1	139,6	150,2	165,2	184,1
1991=100	176,3	195,7	211,0	233,0	260,8
Família					
Total (10 ⁶ Esc.)	167 545	181 675	188 054	204 294	223 117
Per capita (10 ³ Esc.)	16,7	18,0	18,6	20,2	21,9
1991=100	139,6	151,4	156,7	170,2	185,9

Prestações das funções saúde, velhice e sobrevivência, e família, per capitaUnidade: 10³ Esc.**Prestações das funções saúde, velhice e sobrevivência, e família (1991=100)**

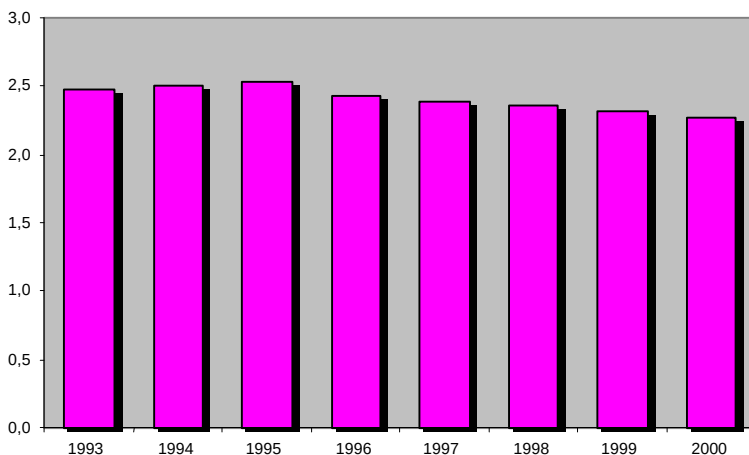
Fonte: INE-Estatísticas da Protecção Social

7.5-Beneficiários activos e pensionistas, do regime geral, em 31 de Dezembro

	Unidade: n.º				
	1996	1997	1998	1999	2000
Beneficiários activos	4 148 144	4 204 837	4 269 522	4 328 928(*)	4 369 070
Pensionistas	1 705 990	1 761 742	1 811 055	1 864 299	1 929 305

(*) Estimativa do INE para dados relativos a distritos com informação indisponível.

Relação entre o número de beneficiários activos e o número de pensionistas



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social: 1993-1998; Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade: 1999, 2000

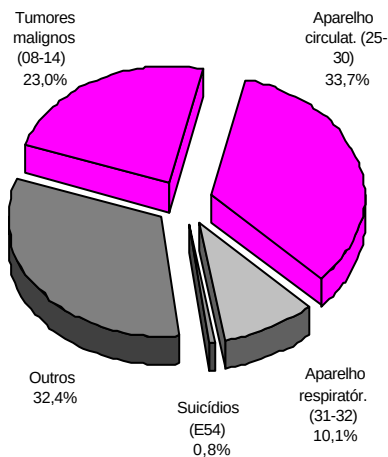
8. SAÚDE

- Ao longo da década de 90, o número de médicos registou um crescimento de praticamente 15%; no entanto, quando se analisa o rácio – número de médicos por 100 000 habitantes, o crescimento foi menos significativo: 12%.
- As doenças do aparelho circulatório, bem como os tumores malignos, são as principais causas de morte, tanto para os homens como para as mulheres. Todavia, as doenças do aparelho circulatório têm um peso relativo mais elevado do que os tumores malignos no que respeita às mulheres, enquanto nos homens essa proporção não é tão marcante.
- Se o número de óbitos por sida registou crescimentos sucessivos entre 1991 e 1996, atingindo o seu valor mais elevado neste ano, os últimos quatro anos, embora com ligeiras oscilações, indicam um abrandamento na tendência atrás referida.

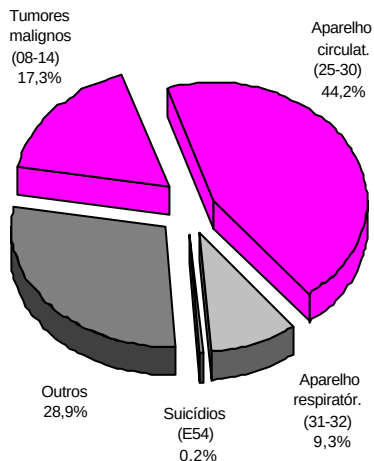
Principais causas de morte, por sexo (CID-9ª Revisão)

2000

HOMENS



MULHERES



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

8.1-Despesa das administrações públicas em saúde (total e em percentagem do PIB)

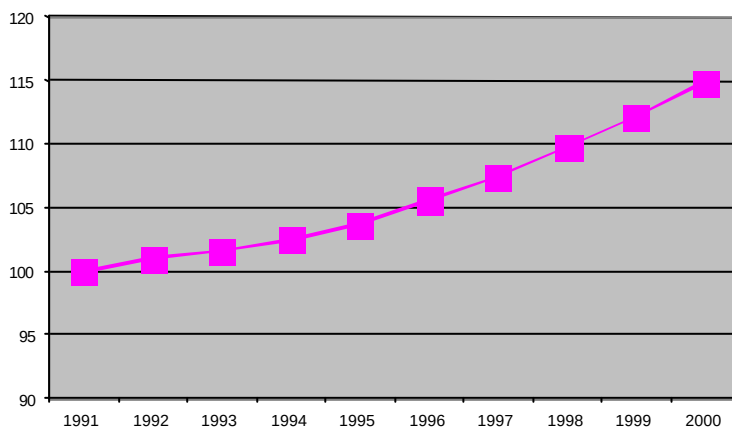
	1995	1996	1997
Total de despesas (10⁶ Esc.)	811 468	965 713	1 107 623
Despesa em % do PIB	5,0	5,6	5,9

Fonte: INE-Contas Nacionais

8.2-Pessoal de saúde - médicos

	1996	1997	1998	1999	2000
Número de médicos	29 902	30 431	31 087	31 758	32 498
1991=100	105,6	107,4	109,7	112,1	114,7

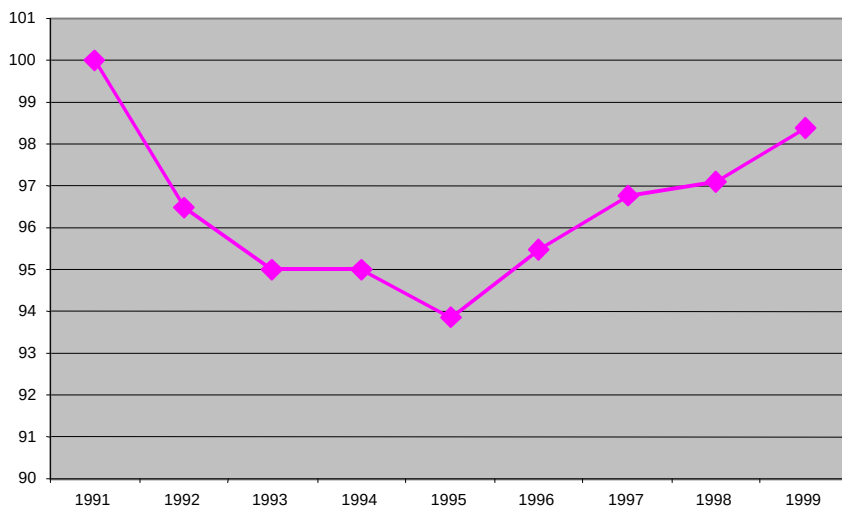
Número de médicos (1991=100)



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

8.3-Estabelecimentos de saúde (hospitais e centros de saúde)

	1995	1996	1997	1998	1999
Número de estabelecimentos	583	593	601	603	611
1991=100	93,9	95,5	96,8	97,1	98,4

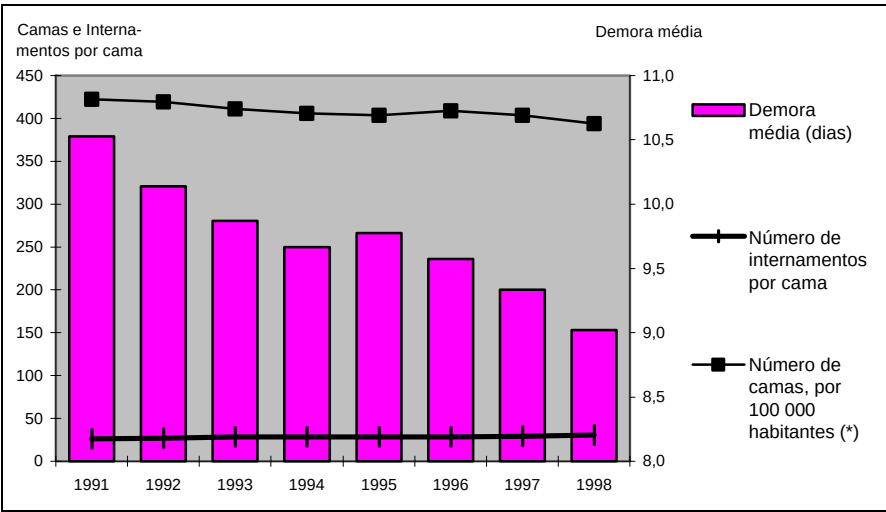


Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

8.4-Número de camas, internamentos e demora média,
nos hospitais e centros de saúde

	1995	1996	1997	1998	1999
Número de camas, por 100 000 habitantes (*)	404	409	404	394	400
Número de internamentos por cama	28	29	29	31	x
Demora média (dias)	9,8	9,6	9,3	9,0	x

(*) Lotação praticada



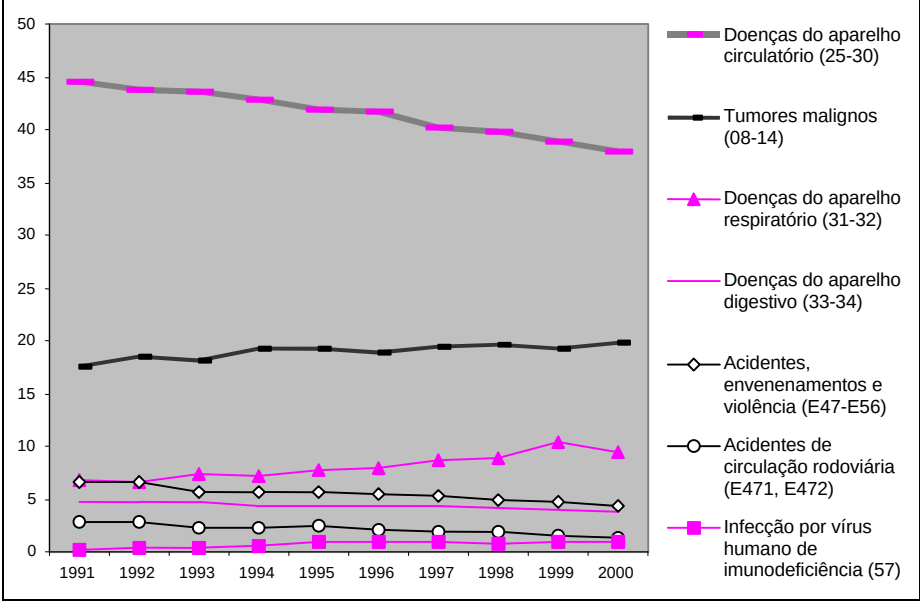
Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

8.5-Óbitos, segundo as principais causas de morte (CID-9.^a Revisão)

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Total Geral	107 259	105 157	106 574	108 268	105 813
Doenças do aparelho circulatório (25-30)	44 686	42 196	42 527	41 998	40 994
Tumores malignos (08-14)	20 332	20 474	20 860	20 934	21 444
Doenças do aparelho respiratório (31-32)	8 570	9 120	9 458	11 255	10 279
Doenças do aparelho digestivo (33-34)	4 740	4 505	4 480	4 280	4 141
Acidentes, envenenamentos e violência (E47-E56)	5 795	5 533	5 273	5 022	4 769
Acidentes de circulação rodoviária (E471, E472)	2 241	2 028	1 919	1 588	1 376
Infecção por vírus humano de imunodeficiência (57)	1 111	972	895	980	951

Unidade: %

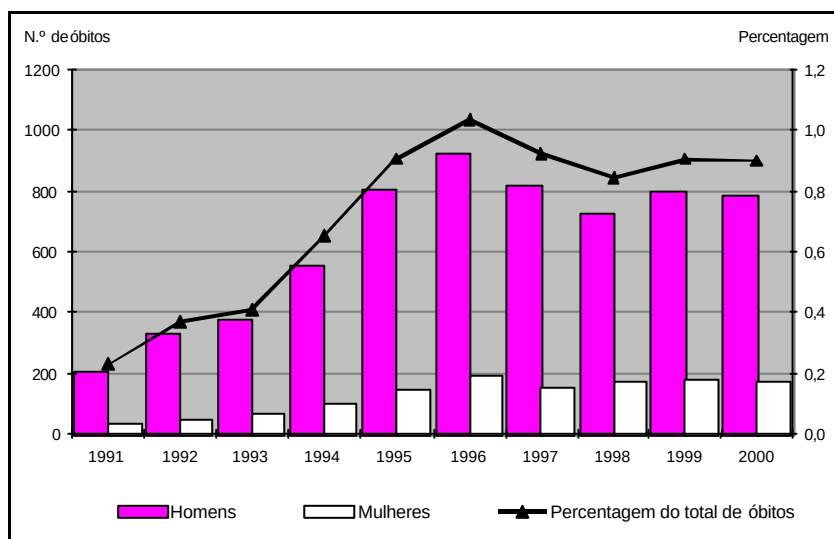


Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

8.6-Óbitos por sida, segundo o sexo

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Total	1111	972	895	980	951
Homens	919	815	724	797	777
Mulheres	192	157	171	183	174
Percentagem do total de óbitos	1,04	0,92	0,84	0,91	0,90

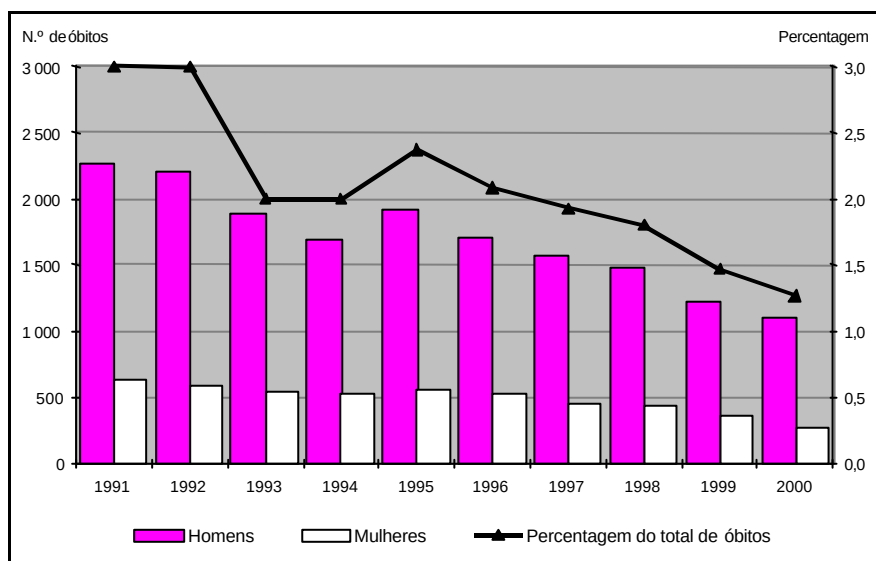


Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

8.7-Óbitos por acidentes de circulação rodoviária (E471, E472), segundo o sexo

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Total	2 241	2 028	1 919	1 588	1 376
Homens	1 714	1 576	1 490	1 235	1 098
Mulheres	527	452	429	353	278
Percentagem do total de óbitos	2,1	1,9	1,8	1,5	1,3

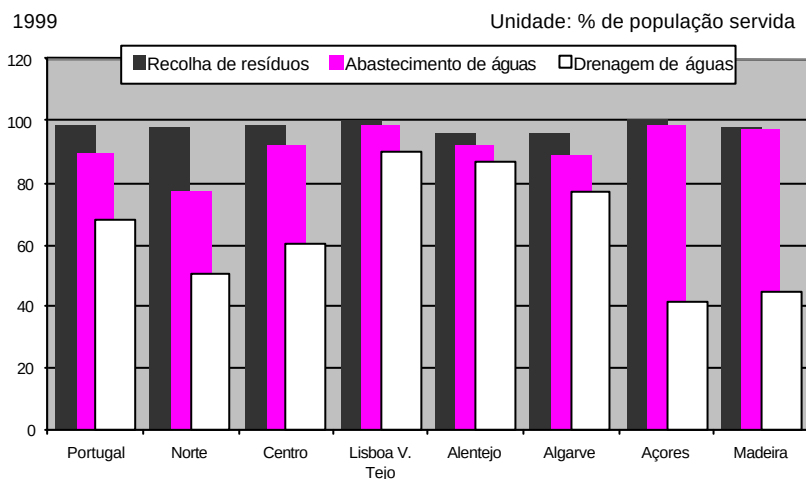


Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

9. AMBIENTE E CONFORTO

- A falta de condições para aquecimento adequado e o pouco espaço, são os problemas que mais parecem afectar os agregados domésticos portugueses.
- Em 1993, em cada 1000 habitantes, 10 pertenciam a uma associação de defesa do ambiente; em 1999, esse número quase duplicou.
- Se no que respeita à recolha de resíduos, não se registam assimetrias regionais significativas, podendo-se dizer que a generalidade da população auferir este serviço, já quanto ao abastecimento de água e particularmente à drenagem de águas residuais, subsistem diferenças de alguma importância. O abastecimento público de água ainda não chega a 23% da população na região Norte e a 12% no Algarve. No que respeita ao sistema de drenagem de águas residuais, as regiões autónomas estão muito abaixo da média nacional, podendo-se dizer que mais de metade da população se encontra privada deste serviço básico.

Abastecimento de águas, drenagem e recolha de resíduos sólidos, por região



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

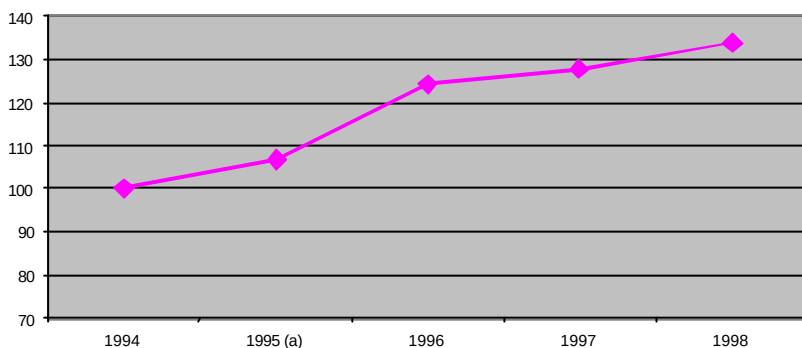
9.1-Despesa das administrações públicas em gestão e protecção do ambiente, em percentagem do PIB

	1995 (a)	1996	1997	1998	1998 (b)	1999
Total (10 ³ Esc)	130 679 763	151 562 966	155 838 401	163 695 788	134 616 000	158 707 000
1994=100	107,0	124,1	127,6	134,0		
Em % do PIB	0,81	0,87	0,83	0,81	0,62	0,69

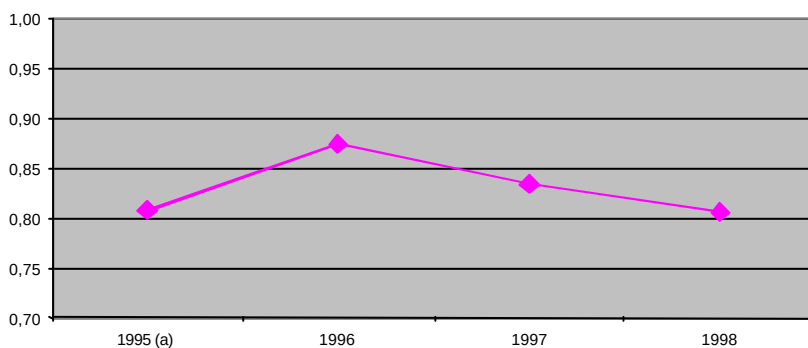
(a) De 1991 a 1998 estão incluídos os dados dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

(b) A partir de 1998 inicia-se uma nova série, sem os dados dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (classificados noutra sector institucional).

(1994=100)



Em percentagem do PIB



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

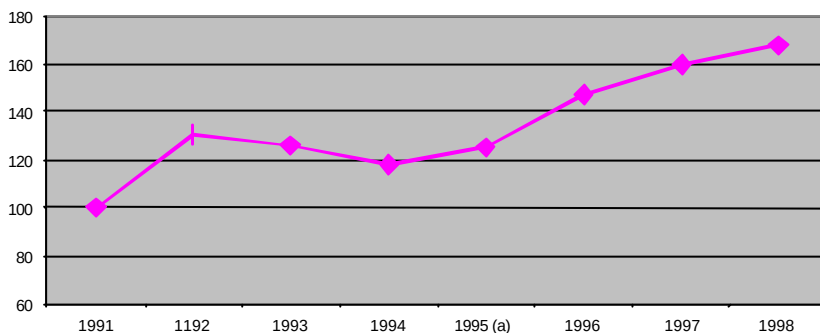
9.2-Despesa dos municípios em gestão e protecção do ambiente, em percentagem da despesa total

	1995 (a)	1996	1997	1998	1998 (b)	1999
Total (10 ³ Esc)	79 292 830	92 972 678	101 208 196	106 018 223	74 209 928	90 471 426
1991=100	125,2	146,8	159,8	167,3		
Em % da despesa total	12,9	13,1	11,5	10,8	8,2	8,8

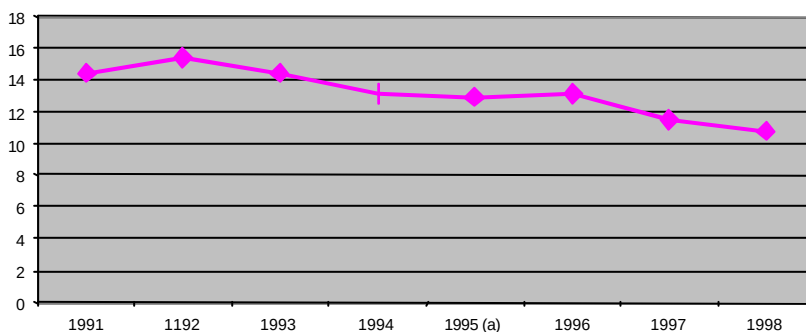
(a) De 1991 a 1998 estão incluídos os dados dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

(b) A partir de 1998 inicia-se uma nova série, sem os dados dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, (classificados noutra sector institucional).

(1991=100)



Em percentagem da despesa total



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

9.3-Número médio de divisões por agregado doméstico privado

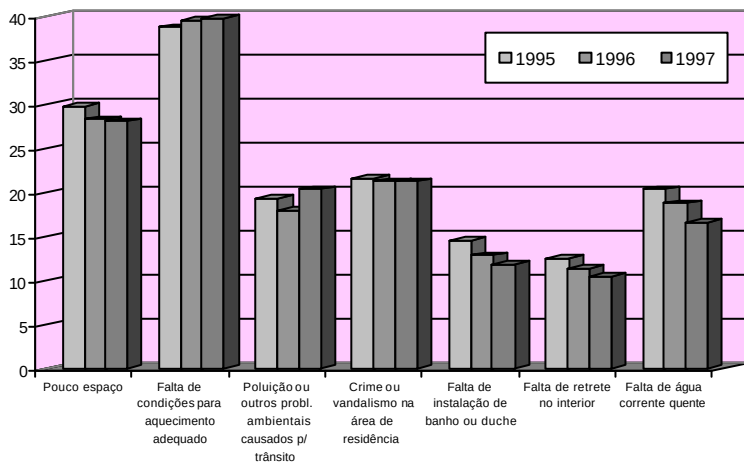
Unidade: n.º

	1995	1996	1997
Número médio de divisões por agregado (exc. cozinha)	3,78	3,78	3,80

9.4-Alojamentos, com alguns problemas específicos

Unidade: %

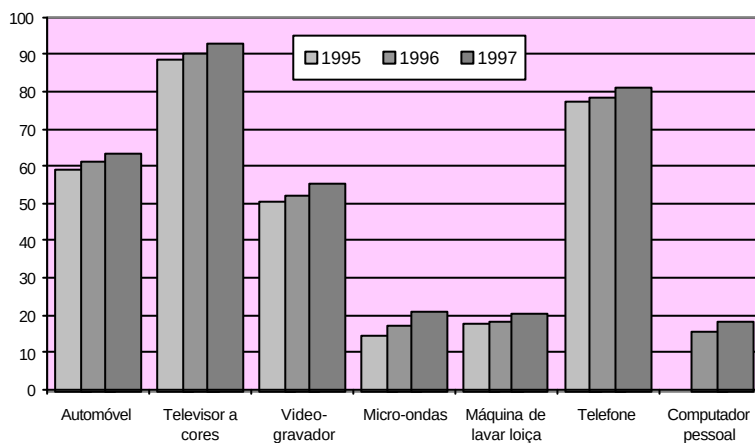
	1995	1996	1997
Pouco espaço	29,8	28,3	28,1
Falta de condições para aquecimento adequado	38,7	39,5	39,7
Poluição ou outros problemas ambientais causados pelo trânsito	19,3	17,9	20,3
Crime ou vandalismo na área de residência	21,6	21,3	21,3
Falta de instalação de banho ou duche	14,6	12,8	11,8
Falta de retrete no interior	12,4	11,4	10,4
Falta de água corrente quente	20,4	18,7	16,6



Fonte: INE-Painel de Agregados Domésticos Privados

9.5-Alguns bens de equipamento, dos agregados domésticos privados

Unidade: %			
	1995	1996	1997
Automóvel	59,3	61,2	63,4
Televisor a cores	88,2	90,2	92,7
Video-gravador	50,2	51,9	55,0
Micro-ondas	14,6	17,5	20,6
Máquina de lavar loiça	17,8	18,3	20,4
Telefone	77,2	78,5	80,9
Computador pessoal	-	15,8	18,3

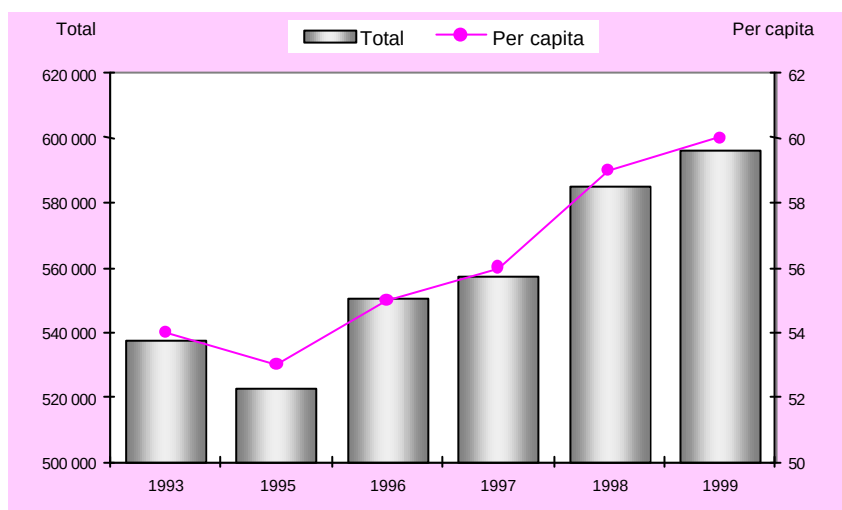


Fonte: INE-Painel de Agregados Domésticos Privados

9.6-Consumo de água per capita

Unidade: m³

	1995	1996	1997	1998	1999
Total (10³)	522 534	550 435	556 839	584 580	596 360
Per capita	53	55	55	58	59



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

9.7-Abastecimento de água e águas residuais

Abastecimento de água - caudal captado e tratado, por região

Unidade: 10^3 m^3

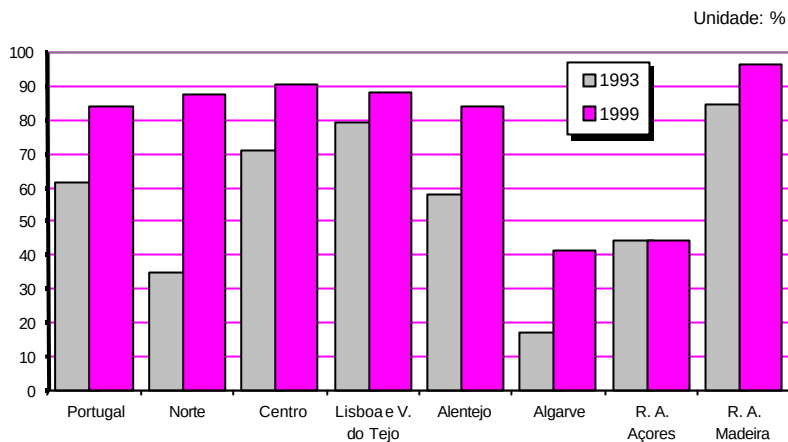
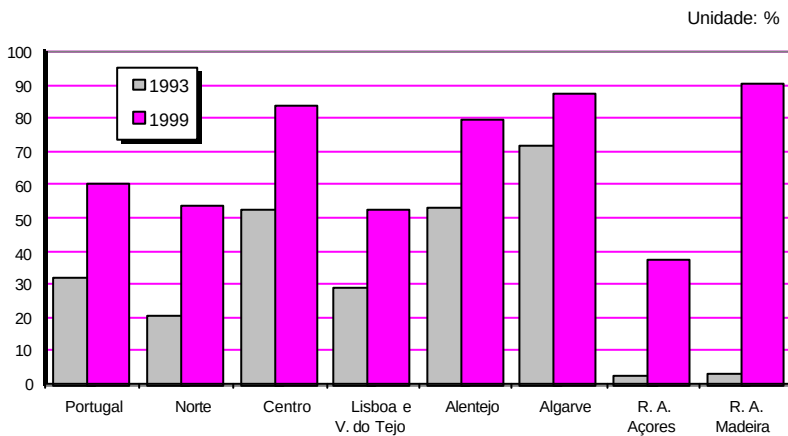
	1995		1996		1997		1998		1999	
	Captado	Tratado	Captado	Tratado	Captado	Tratado	Captado	Tratado	Captado	Tratado
Portugal	814 133	485 748	833 775	511 954	839 458	620 680	872 339	719 285	917 123	767 847
Continente	744 446	442 394	762 115	466 859	756 395	564 936	786 009	660 647	823 514	700 355
Norte	194 152	64 715	206 096	84 534	203 903	110 908	203 312	178 547	212 567	186 771
Centro	115 942	81 618	115 037	85 205	108 338	98 419	116 059	106 638	119 278	107 944
Lisboa V. Tejo	354 374	264 703	358 650	266 935	356 165	311 592	372 539	326 947	381 350	336 786
Alentejo	37 381	22 997	39 422	25 187	39 813	31 443	41 714	33 064	53 715	45 300
Algarve	42 597	8 361	42 910	4 998	48 176	12 574	52 385	15 451	56 604	23 554
R. A. Açores	34 833 (*)	15332 (*)	33 289	14 342	42 769	19 549	43 428	19 780	43 754	19 349
R. A. Madeira	34 854	28 022	38 371	30 753	40 294	36 195	42 902	38 858	49 855	48 143

Águas Residuais - caudal produzido e tratado, por região

Unidade: 10^3 m^3

	1995		1996		1997		1998		1999	
	Produ-zido	Tratado	Produ-zido	Tratado	Produ-zido	Tratado	Produ-zido	Tratado	Produ-zido	Tratado
Portugal	414 090	172 438	474 272	178 453	432 640	199 529	447 752	221 065	467 809	281 364
Continente	397 583	164 938	451 845	170 371	412 252	188 167	426 214	208 862	443 333	265 423
Norte	97 243	19 107	97 782	20 330	104 969	33 849	103 684	38 599	108 623	58 402
Centro	46 803	29 610	48 506	29 868	47 297	34 749	49 215	36 274	50 421	42 540
Lisboa V. Tejo	211 305	88 163	261 748	88 160	218 862	88 564	230 114	100 728	233 232	121 781
Alentejo	20 071	8 693	21 092	11 657	20 475	14 425	20 935	14 819	24 453	19 414
Algarve	22 161	19 365	22 717	20 356	20 649	16 580	22 266	18 442	26 604	23 286
R. A. Açores	4 669 (*)	100 (*)	9 707	222	8 344	557	8 609	613	11 761	4 426
R. A. Madeira	11 838	7 400	12 720	7 860	12 044	10 805	12 929	11 590	12 715	11 515

(*) Dados referentes a 1993

Abastecimento de água - caudal tratado, por região**Águas residuais - caudal tratado, por região**

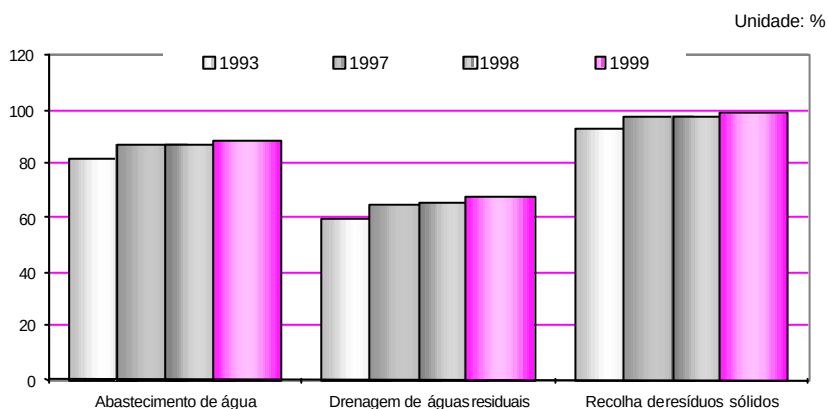
Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

9.8-População servida com abastecimento de água domiciliário, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos

	1995		1996	
	N.º de hab.	% de popul.	N.º de hab.	% de popul.
Abastecimento de água	8 333 778	84,0	8 443 096	85,0
Drenagem de águas residuais	5 899 898	59,5	6 062 547	61,1
Recolha de resíduos sólidos	9 427 114	95,1	9 518 765	95,9

9.8-População servida com abastecimento de água domiciliário, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos (Continuação)

	1997		1998		1999	
	N.º de hab.	% de popul.	N.º de hab.	% de popul.	N.º de hab.	% de popul.
Abastecimento de água	8 627 495	86,7	8 727 204	87,5	8 875 544	88,9
Drenagem de águas residuais	6 392 422	64,3	6 553 880	65,7	6 782 334	67,9
Recolha de resíduos sólidos	9 633 532	96,9	9 701 185	97,3	9 797 783	98,1



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

9.9-Resíduos sólidos municipais - produção anual per capita

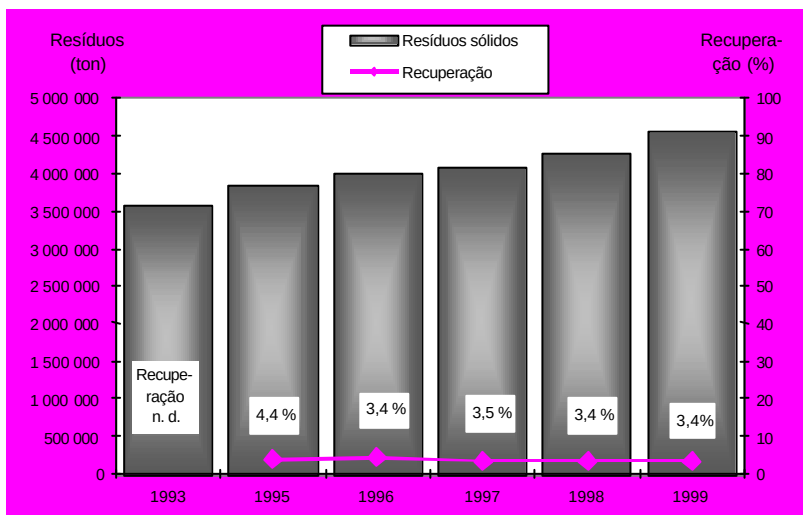
Unidade: ton

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	3 855 118	4 003 183	4 080 073	4 274 838	4 547 789
Per capita	0,389	0,403	0,410	0,429	0,455

9.10-Taxa de recuperação de resíduos sólidos municipais

	1995	1996	1997	1998	1999
Total (ton)	161 932	176 501	140 535	147 539	153 177
Recolha selectiva (ton)	48 569	57 174	71 404	86 474	120 216
Composto (ton)	113 363	119 327	69 131	61 065	32 961
Taxa de recuperação (%)	4,2	4,4	3,4	3,5	3,4

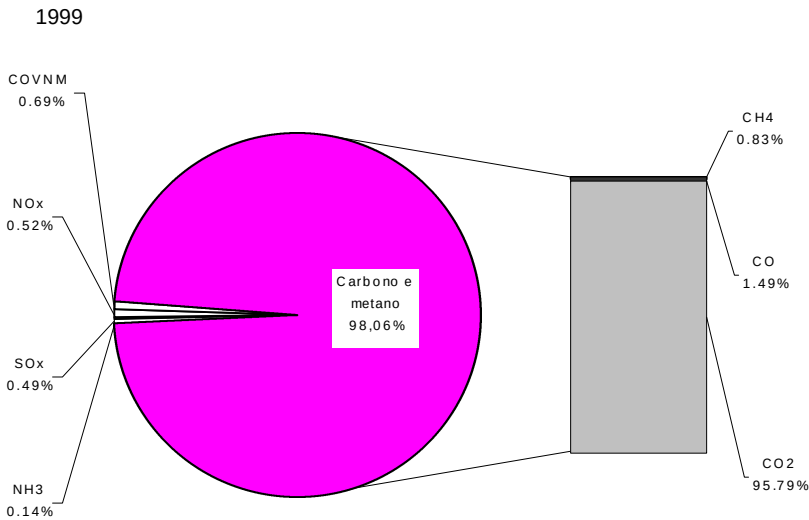
Resíduos sólidos municipais – produção e sua recuperação



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

9.11-Emissão de poluentes, per capita

	Unidade: ton				
	1995	1996	1997	1998	1999
SOx	0,035	0,031	0,032	0,035	0,035
NOx	0,033	0,032	0,033	0,035	0,037
COVNM	0,046	0,044	0,050	0,048	0,049
CH ₄	0,060	0,060	0,060	0,060	0,059
CO	0,120	0,117	0,114	0,109	0,106
CO ₂	6,293	6,124	6,234	6,601	6,818
N ₂ O	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004
NH ₃	0,010	0,010	0,010	0,010	0,010

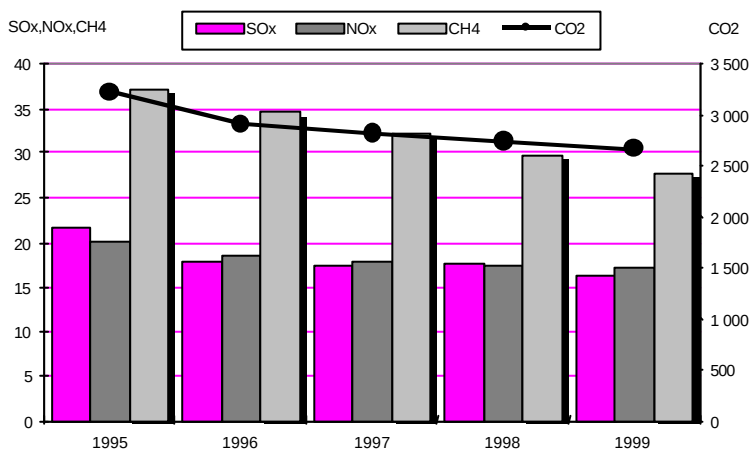


SOx-Óxidos de enxofre; NOx-Óxidos de azoto; COVNM-Compostos orgânicos voláteis, excepto metano; CH4-Metano; CO-Monóxido de carbono; CO2-Dióxido de carbono; N2O-Óxido nitroso; NH3-Amoníaco.

Fonte: Instituto de Metereologia

9.12-Emissão de poluentes, por unidade do PIB

	Unidade: (ton/10 ⁹ Esc.)				
	1995	1996	1997	1998	1999
SOx	21,6	17,7	17,4	17,5	16,4
NOx	20,2	18,5	17,74	17,42	17,1
COVNM	28,5	25,2	26,7	24,0	22,9
CH ₄	37,1	34,6	32,2	29,6	27,7
CO	74,0	67,8	61,4	54,4	49,5
CO ₂	3 214,6	2 913,8	2 814,4	2 747,8	2 671,9
N ₂ O	-	-	-	-	-
NH ₃	6,4	5,8	5,4	5,1	4,8



SOx-Óxidos de enxofre; NOx-Óxidos de azoto; COVNM-Compostos orgânicos voláteis, excepto metano; CH₄-Metano; CO-Monóxido de carbono; CO₂-Dióxido de carbono; N₂O-Óxido nítrico; NH₃-Amoníaco.

Fonte: Instituto de Meteorologia

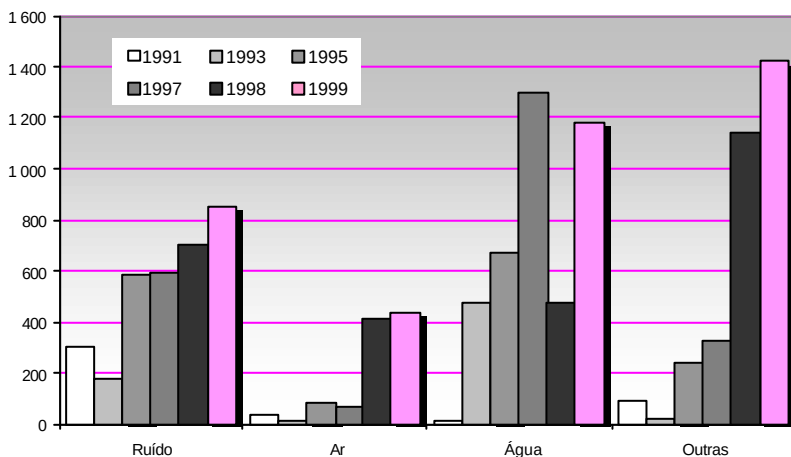
9.13-População pertencente a uma associação de defesa do ambiente, por 1000 habitantes

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	132 614	129 716	132 709	155 778	160 137
Por 1000 habitantes	13,2	12,9	13,2	15,4	15,8

Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

9.14-Número de reclamações, por tipo de poluição

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	1 585	2 036	2 293	2 736	3 893
Ruído	588	804	595	706	850
Ar	84	96	69	411	441
Água	674	924	1 301	479	1 182
Outras	239	212	328	1 140	1 420

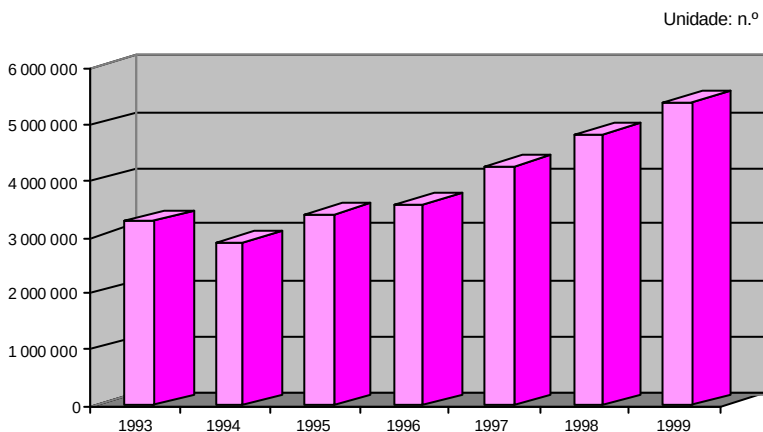


Fonte: Ministério do Ambiente

10. CULTURA E LAZER

- Enquanto actividade de lazer o cinema registou, na primeira metade da década de 90, uma tendência de sinal negativo, atingindo em 1995 o valor mais baixo. Nos últimos quatro anos, assistiu-se a uma retoma bastante significativa.
- Na década de 90, as bibliotecas reforçaram o seu papel enquanto veículos de informação/formação - entre 1991 e 1999 o número de utilizadores mais que quintuplicou.
- Se globalmente a tiragem anual de jornais quase duplicou entre 1993 e 1999, foi particularmente nos jornais diários que esse crescimento foi mais acentuado.

Tiragem anual de jornais, por 100 000 habitantes



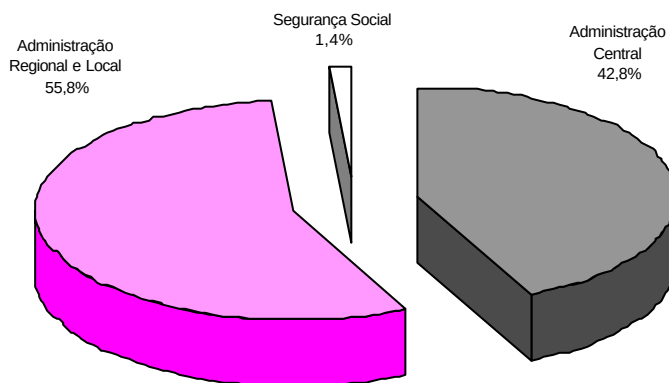
Fonte: INE-Estatísticas da Cultura

**10.1-Despesa das administrações públicas
em serviços recreativos e culturais,
por sub-sector institucional**

Unidade: 10⁶ Esc.

	1995	1996
Total	140 678	141 523
Administração Central	58 935	60 522
Administração Regional e Local	79 861	79 022
Segurança Social	1 882	1 979
Em percentagem do PIB	0,87	0,81

1996



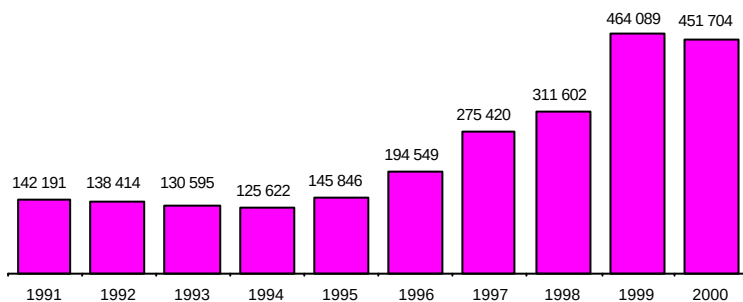
Fonte: INE-Contas Nacionais

10.2-Espectáculos públicos: total, cinema – sessões e espectadores

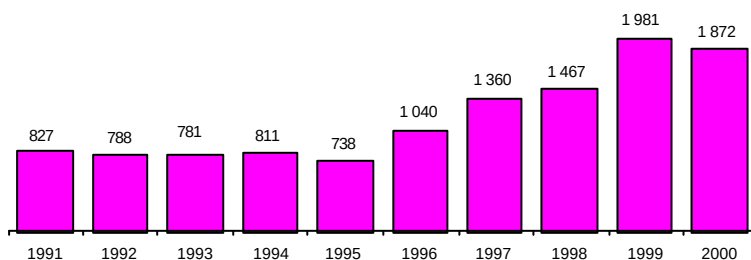
	Unidade: n.º				
	1996	1997	1998	1999	2000(*)
Espectáculos públicos:					
Sessões	198 342	279 704	315 513	468 659	x
Espectadores (1000)	11 382	14 869	15 883	21 434	x
Cinema:					
Sessões	194 549	275 420	311 602	464 089	451 704
Espectadores (1000)	10 447	13 708	14 837	20 118	19 114

(*) Dados provisórios

Número de sessões de cinema



Número de espectadores de cinema, por 1000 habitantes



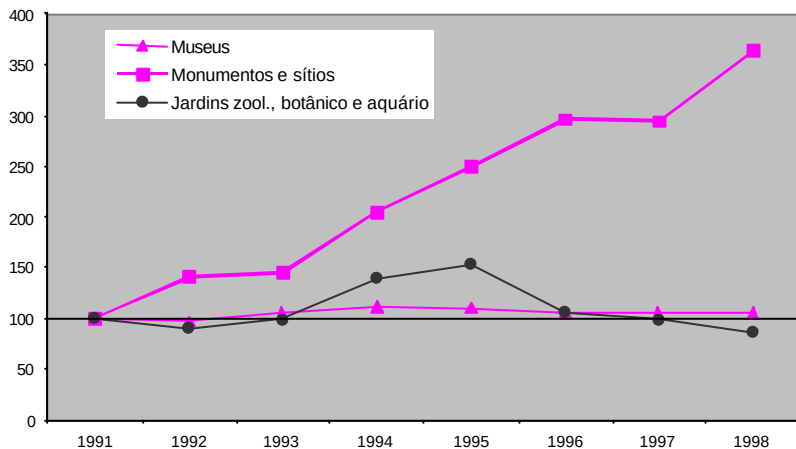
Fonte: INE-Estatísticas da Cultura

10.3-Número de visitantes a museus, monumentos e sítios, jardins e aquários

Unidade: n.º

	1994	1995	1996	1997	1998
Museus:					
Total	5 313 060	5 216 098	5 091 889	5 075 994	5 083 441
1991=100	111,1	109,1	106,5	106,2	106,3
Monumentos e sítios:					
Total	1 501 410	1 824 388	2 173 256	2 157 784	2 660 136
1991=100	204,5	248,5	296,0	293,9	362,3
Jardins (zoológico e botânico) e aquários:					
Total	1 477 846	1 626 473	1 130 188	1 052 066	901 890
1991=100	139,0	153,0	106,3	99,0	84,9

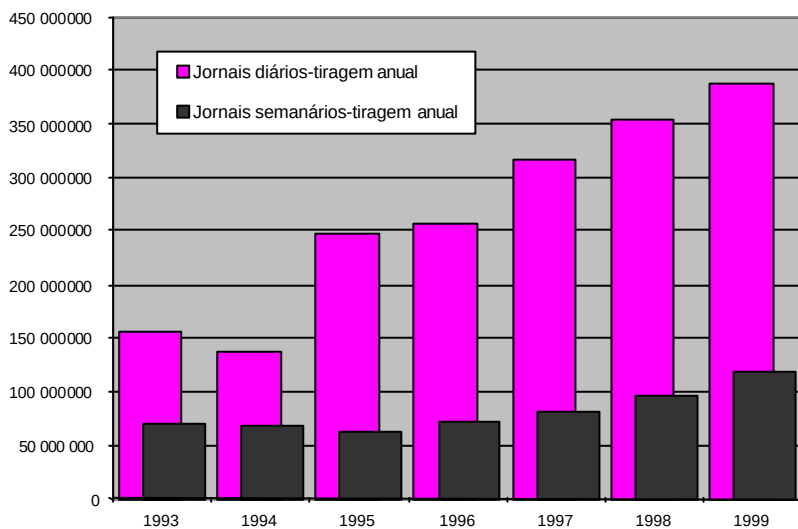
Visitantes (1991=100)



Fonte: INE-Estatísticas da Cultura

10.4-Indicadores sobre Imprensa

	1995	1996	1997	1998	1999
Jornais (n.º)	590	584	577	720	794
Tiragem anual (10 ³)	340 043	360 200	428 493	485 844	545 092
Jornais diários (n.º)	27	27	30	38	33
Tiragem anual (10 ³)	246 228	258 370	315 677	352 781	385 721
Jornais semanários (n.º)	169	168	169	183	204
Tiragem anual (10 ³)	62 528	71 824	82 037	95 859	117 529



Fonte: INE-Estatísticas da Cultura

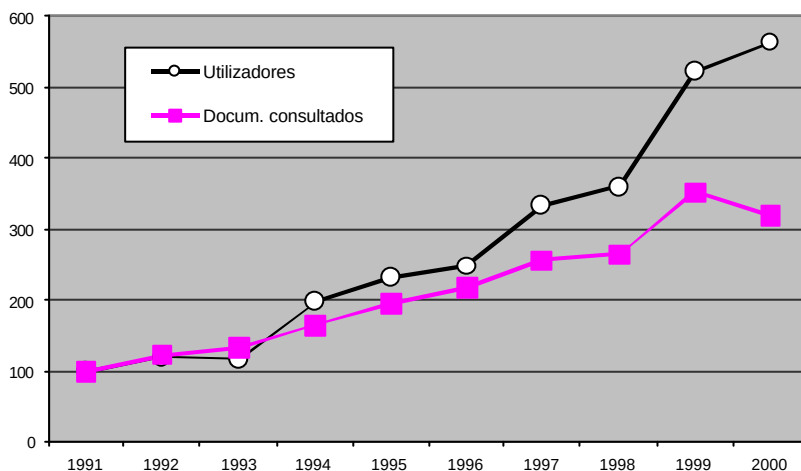
10.5-Consultas em bibliotecas

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000(*)
Utilizadores	4 368 771	5 884 722	6 368 055	9 261 924	9 965 659
1991=100	246,9	332,6	359,9	523,5	563,3
Documentos consultados	10 791 237	12 611 904	12 955 222	17 234 074	15 767 365
1991=100	219,9	257,0	264,0	351,2	321,3

(*) Dados provisórios

Consultas em bibliotecas (1991=100)



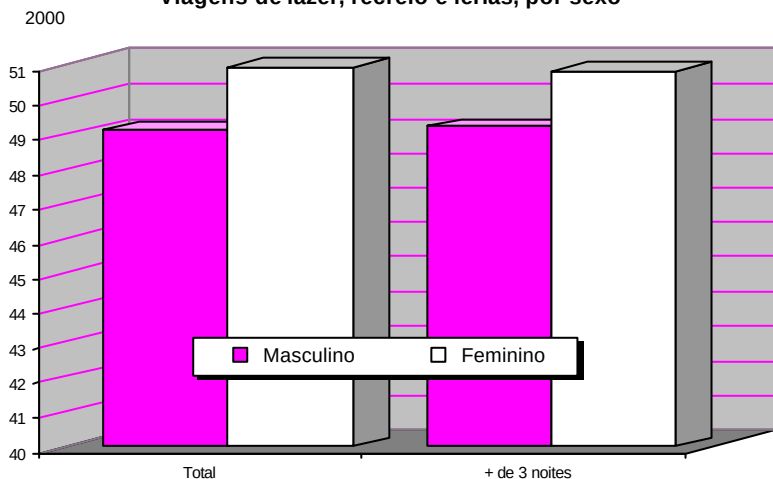
Fonte: INE-Estatísticas da Cultura

**10.6-Indivíduos que viajaram por motivo de lazer, recreio e férias,
no total da população com 15 anos ou mais, por sexo**

Unidade: %

	Total de noites				Mais de três noites			
	Total	Portugal	Estrangeiro	Ambos	Total	Portugal	Estrangeiro	Ambos
1999								
Total	36,0	28,9	4,2	2,9	25,7	19,9	4,4	1,4
Masculino	17,0	14,0	1,9	1,1	11,9	9,3	2,0	0,6
Feminino	19,0	14,9	2,3	1,8	13,8	10,6	2,4	0,8
2000								
Total	35,3	28,0	3,7	3,6	25,7	19,8	3,8	2,1
Masculino	17,3	13,8	2,0	1,5	12,5	9,7	1,8	1,0
Feminino	18,0	14,2	1,7	2,1	13,2	10,1	2,0	1,1

Viagens de lazer, recreio e férias, por sexo

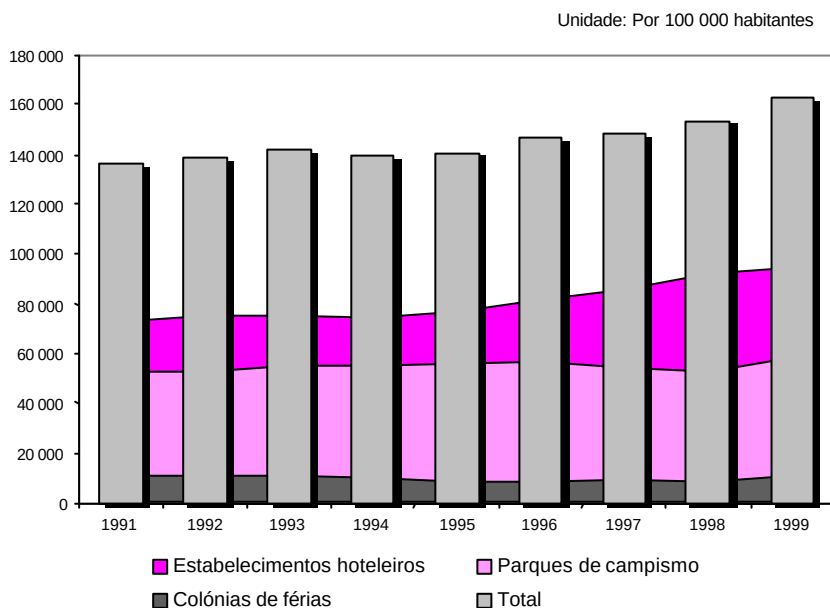


Fonte: INE-Procura Turística dos Residentes

10.7-Dormidas de residentes em estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e colónias de férias

Unidade: n.º

	1996	1997	1998	1999	2000
Total	14 528 391	14 707 095	15 326 060	16 242 897	16 170 623
Estabelecimentos hoteleiros	8 100 911	8 499 088	9 163 983	9 397 225	9 693 160
Parques de campismo	5 633 795	5 327 106	5 325 534	5 815 799	5 429 850
Colónias de férias	793 685	880 901	836 543	1 029 873	1 047 613



Fonte: INE-Estatísticas do Turismo

ANEXO

- CONCEITOS

CONCEITOS

Acidente de trabalho: É acidente de trabalho o acidente que se verifica no local e no período de trabalho e produza directa ou indirectamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução da capacidade de trabalho ou de ganho. Considera-se também acidente de trabalho o ocorrido:

- a) fora do local ou do tempo de trabalho, quando verificado na execução de serviços determinados pela entidade patronal;
- b) na ida para o local de trabalho ou no regresso deste, quando for utilizado meio de transporte fornecido pela entidade patronal, ou quando o acidente seja consequência de particular perigo de percurso normal ou de outras circunstâncias que tenham agravado o risco do mesmo percurso;
- c) na execução de serviços espontaneamente prestados e de que possa resultar proveito económico para a entidade patronal. São contabilizados os acidentes que implicam ausência ao trabalho no mínimo de um dia (para além do primeiro dia), ou aqueles que, embora não resultem em perda de trabalho, comportem despesas para as entidades responsáveis.

Agregado doméstico privado: Conjunto de indivíduos que reside no mesmo alojamento e cujas despesas habituais, em alojamento e alimentação, são suportadas conjuntamente (orçamento comum), independentemente da existência de laços de parentesco.

- O indivíduo que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros indivíduos, não satisfaz, a condição anteriormente citada.

Águas residuais tratadas: Apenas se consideram águas residuais tratadas aquelas cujo tratamento é efectuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.

Águas residuais: São águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não se consideram as águas de arrefecimento.

Causas de morte: Doenças, estados mórbidos ou lesões que produziram a morte ou que contribuíram para ela, ou as circunstâncias do acidente ou da violência que produziu essas lesões.

Consumo final das famílias (óptica SEC): Valor dos bens e serviços, para satisfação das necessidades individuais, adquiridos, autoconsumidos ou recebidos em géneros, pelas famílias. Compreende as rendas imputadas de habitação própria e os serviços domésticos utilizados pelas famílias com recurso a pessoal remunerado. Não inclui o valor da aquisição da habitação.

Contribuições públicas: Compreendem as despesas de financiamento dos regimes públicos a cargo das administrações públicas e os subsídios públicos aos outros regimes residentes de protecção social. Esta rubrica compreende ainda o produto dos impostos parcial ou inteiramente afectado a fins de protecção social, subsídios e participações nos custos de funcionamento.

Demora média de internamento no ano: Média anual de dias de internamento utilizados por todos os doentes saídos do estabelecimento. Calcula-se pelo quociente entre o total de dias de internamento dos doentes saídos e o total de doentes saídos no ano.

Despesas de funcionamento: São os custos imputados ao regime pela respectiva gestão e administração. Compreendem os custos de inscrição dos beneficiários, da cobrança das quotizações, da administração das prestações, de inspecção, de resseguro, de gestão financeira e os custos gerais.

Duração habitual de trabalho: Número de horas semanais executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas na semana de referência. Inclui as horas extraordinárias feitas com carácter regular.

Esperança de vida à nascença: Número médio de anos que restam para viver a um indivíduo que atinja a idade exacta x , mantendo-se as condições de mortalidade observadas no momento. Uma particularização desta noção é a esperança de vida à nascença, que corresponde à duração média de vida de um indivíduo.

Estrangeiro com residência legal: Cidadão estrangeiro habilitado com título válido de residência.

Função Desemprego: Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a situação dos desempregados.

Função Doença: Manutenção do rendimento e apoio pecuniário relacionado com a doença física ou mental à excepção da invalidez. Cuidados de saúde, tais como, cuidados médicos com vista a manter, restabelecer ou melhorar o estado de saúde das pessoas protegidas, independentemente da origem da doença.

Função Exclusão Social não especificada: Prestações pecuniárias ou em espécie (excepto cuidados de saúde) especificamente destinadas a combater a exclusão social, sempre que não se encontrem cobertas por uma das outras funções.

Função Família/crianças: Apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a gravidez, parto e adopção, educação de descendentes ou equiparados e assistência a outros membros da família.

Função Habitação: Ajuda aos custos da habitação.

Função Invalidez: Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a incapacidade dos deficientes físicos ou mentais de exercer as actividades económicas e sociais.

Função Sobrevivência: Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a morte de um membro da família.

Função Velhice: Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a velhice.

Greve: Considera-se greve, em sentido amplo, a abstenção ou perturbação temporária e concertada dos termos normais de prestação de trabalho por parte de um grupo de trabalhadores, tendo em vista forçar as entidades empregadoras ou os poderes públicos à aceitação das suas reivindicações.

Índice de envelhecimento: Relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0-14 anos.

Índice sintético de fecundidade: Número de crianças que, em média, cada mulher tem durante a sua vida fecunda.

Número de trabalhadores em greve: Se um trabalhador ou grupo de trabalhadores participam em mais de uma greve no período de referência, serão quantificados tantas vezes quantas as participações em greves ocorridas no período.

Outras despesas: Agrupam diversas despesas dos regimes de protecção social. Elas são repartidas em rendimento de propriedade e outras.

Outras receitas: Compreende as outras receitas correntes e receitas em capital dos regimes de protecção social. Incluem os rendimentos de propriedade e as outras receitas.

População activa (mão-de-obra): Conjunto de indivíduos com 14 e mais anos que, no período de referência, constituem a *mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços* que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População desempregada: Abrange todos os indivíduos com 14 e mais anos que, no período de referência, *não tinham trabalho* remunerado nem qualquer outro; que *estavam disponíveis* para trabalhar num trabalho remunerado ou não; que *tinham procurado um trabalho nos últimos 30 dias*, remunerado ou não.

População empregada: Abrange todos os indivíduos com 14 e mais anos que, na semana de referência, tenham *efectuado trabalho de pelo menos uma hora*, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Engloba também os indivíduos que não estavam ao serviço à data da recolha mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego, os indivíduos que tendo uma empresa não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os indivíduos que, em situação de pré-reforma, se encontrem a trabalhar no período de referência.

Poupança nacional bruta (óptica SEC): Corresponde à parte do rendimento nacional bruto disponível que não é absorvida por operações de consumo final.

Prestações sociais: São transferências, pecuniárias ou em espécie, às famílias ou particulares, efectuadas pelos regimes de protecção social e destinadas a atenuar o encargo que representa para os beneficiários a protecção contra um certo número de riscos ou necessidades. No sistema central, as prestações sociais referem-se exclusivamente às prestações pecuniárias, aos reembolsos e ao fornecimento directo de bens e serviços. Trata-se, em qualquer caso, de prestações directas porque se supõe um aumento do rendimento disponível (ajustado) do beneficiário.

Produto Interno Bruto (PIB): O produto interno bruto a preços de mercado (PIB pm) representa o resultado final da actividade de produção das unidades residentes. Corresponde à produção total de bens e serviços da economia, diminuída dos consumos intermédios totais e aumentada do IVA onerando os produtos e dos impostos líquidos ligados à importação. O PIB é também medido a preços constantes, para eliminar o efeito dos aumentos (ou das reduções) causados pelo acréscimo (ou pela baixa) dos preços.

Quotizações sociais: São despesas suportadas pela entidade patronal em benefício dos seus assalariados ou pelas pessoas protegidas por forma a assegurar o direito às prestações sociais. O facto das quotizações sociais serem pagas por determinadas pessoas pode não ser a única condição para que a pessoa tenha direito às prestações sociais no caso de surgir um risco ou necessidade social. Entre outras condições, cite-se um período de pagamento mínimo, um prazo de carência, uma redução mínima de capacidade de trabalho, etc. As quotizações sociais a cargo da entidade patronal constituem um elemento indirecto da remuneração dos assalariados (sendo elementos directos, os salários e vencimentos). São geralmente proporcionais aos ganhos dos assalariados mas, podem depender, também, de outros critérios. As quotizações sociais a cargo da entidade patronal podem ser efectivas ou imputadas.

Relação de masculinidade: Relação entre os efectivos populacionais do sexo masculino e do sexo feminino.

Remunerações (óptica SEC): Compreende todos os pagamentos efectuados e benefícios prestados pela entidade patronal, a título de remunerações do trabalho realizado pelos seus trabalhadores. Compreende os salários e vencimentos brutos, contribuições sociais efectivas a cargo da entidade patronal e contribuições sociais fictícias (valor das prestações sociais concedidas directamente pela entidade patronal aos seus próprios trabalhadores).

Rendimento nacional disponível bruto (óptica SEC): Corresponde ao produto interno bruto a preços de mercado, diminuído ou acrescido do saldo entre a economia nacional e o resto do mundo, relativo a impostos ligados à produção e à importação, subsídios de exploração e à importação, remunerações dos trabalhadores, rendimentos de propriedade e de empresa, operações de seguros de acidentes e transferências correntes sem contrapartida, não especificadas. Mede o rendimento de que dispõe a Nação para efectuar operações de consumo final e de poupança.

Taxa de actividade: É a relação entre “População Activa” e “População Total”.

Taxa de crescimento efectivo: Acréscimo populacional durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

Taxa de crescimento migratório: Saldo migratório durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período

Taxa de crescimento natural: Saldo natural durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

Taxa de desemprego: É a relação entre “População desempregada” e “População activa”.

Taxa de divorcialidade: Número de divórcios ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de divórcios por 1000 habitantes).

Taxa de mortalidade fetal tardia: Número de fetos-mortos de 28 ou mais semanas, por 1000 nados-vivos e mortos de 28 e mais semanas.

Taxa de mortalidade infantil: Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados-vivos).

Taxa de mortalidade neonatal: Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias, por 1000 nados-vivos.

Taxa de mortalidade perinatal: Número de fetos-mortos pesando 500 e mais gramas, mais óbitos de nados-vivos falecidos com menos de 7 dias de idade, por 1000 nascimentos (nados-vivos mais fetos-mortos de 500 e mais gramas). Quando o peso for desconhecido, pode utilizar-se a idade gestacional correspondente: 22 e mais semanas ou 28 e mais semanas, respectivamente.

Taxa de mortalidade: Número de óbitos ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa de natalidade: Número de nados-vivos ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de nados-vivos por 1000 habitantes).

Taxa de nupcialidade: Número de casamentos ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de casamentos por 1000 habitantes).

Trabalhador a tempo completo: É aquele cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/estabelecimento ou na respectiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial: É aquele cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/estabelecimento ou na respectiva profissão.

Trabalhador por conta de outrem: Todo o indivíduo que trabalha para um empregador, público ou privado, e que recebe um pagamento em dinheiro ou géneros. Inclui o trabalho no domicílio, desde que sob a responsabilidade de terceiros.

Trabalho não permanente: Trabalho sob o regime de contrato a termo (com duração limitada e definida por escrito) ou sem contrato permanente (sazonal, ocasional, temporário).

Transferências entre regimes: São transferências sem contrapartida a receber ou a pagar a outros regimes de protecção social, de acordo com a classificação das receitas de Protecção Social. Exemplo de transferências entre regimes: as transferências que visam reduzir o défice de um dos regimes.

Tratamento de água para abastecimento: Processo que torna apta a ser utilizada, a água captada de qualquer fonte. Apenas se considera tratamento se for utilizada uma instalação específica para o efeito. Não se considera como tratamento a simples filtração ou cloração.